



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 33

II Sessão Legislativa

Horta, Quarta-feira, 21 de Janeiro de 1998

Presidente: *Deputado Dionísio de Sousa.*

Secretários: *Deputados Guilherme Pinto e José Aguiar.*

Sumário

(Os trabalhos tiveram início pelas 15, 10 horas).

Período de antes da ordem do dia

Feita a leitura da correspondência e expediente entrados na Mesa, bem assim dos requerimentos presentes à Sessão, apreciou-se e votou-se um Voto de Protesto, oriundo da bancada social-democrata, visando algumas afirmações proferidas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal da Povoação, algo desrespeitosas do trabalho e dignidade dos Deputados da ALRA, aquando da audição da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, no âmbito dos acontecimentos ocorridos na catástrofe da Ribeira Quente.

O Voto em apreço foi aprovado por maioria, tendo proferido intervenções sobre o mesmo os Deputados Francisco Xavier (*PSD*), a quem coube a respectiva apresentação, Alvarino Pinheiro (*PP*), Paulo Valadão (*PCP*), Victor Cruz (*PSD*) e Fernando Menezes (*PS*).

Para tratamento de **assuntos de interesse político relevante para a Região** intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados Fernando Menezes (*PS*), Victor Cruz (*PSD*), Augusto Élavai (*PS*), Fernanda Mendes (*PS*), Nuno Almeida e Sousa (*PP*), Eugénio Leal (*PSD*), Joaquim Ponte (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), José Francisco Fernandes (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), António Meneses (*PSD*), Duarte Freitas (*PSD*), Rui Pedro Ávila (*PS*), António Gomes (*PS*), Manuel Brasil (*PSD*), Mark Marques (*PSD*), Aires Reis (*PSD*), João Cunha (*PSD*) e Herberto Rosa (*PS*), bem como os Srs. Secretários Regionais da Habitação e Equipamentos (*José Contente*), da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*) e da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*).

Período da ordem do dia

Iniciou-se a ordem de trabalhos com a apreciação de um Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão relativo ao **Projecto de DLR - "Eliminação do nº2 do Artigo 5º do DLR nº 18/96/A, de 6 de Agosto (Regulamento Policial da RAA)"** - tendo emitido opinião sobre o mesmo apenas o Sr. Deputado Manuel Azevedo (*PSD*).

O documento acima referido foi aprovado por unanimidade.

Seguidamente, e como ponto 2, apreciou-se e votou-se o objecto da urgência acima referida, ou seja, o **Projecto de DLR - "Eliminação do nº2 do Artigo 5º do DLR nº18/96/A, de 6 de Agosto (Regulamento Policial da RAA)**, tendo o mesmo recebido igualmente a unanimidade da Câmara, quer na generalidade quer na especialidade.

Proferiram intervenções sobre este assunto os Srs. Deputados Rui Pedro Ávila (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Francisco Sousa (*PS*), Nuno Almeida e Sousa (*PP*) e Manuel Azevedo (*PSD*).

Em relação ao ponto 3 da ordem do dia - **Projecto de DLR** relativo à **"Criação de um registo regional das associações de deficientes e regime de apoios a conceder a essas associações"** - intervieram a Sr.^a Deputada Fátima Sousa (*PS*), os Srs. Deputados Aurélio da Fonseca (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*) e Nuno Almeida e Sousa (*PP*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação

e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*), que fez a apresentação do referido documento.

O diploma em apreço foi aprovado, na generalidade e na especialidade, por unanimidade.

O ponto 4 referente à **Proposta de DLR - "Regulamentação de organização, funcionamento e regionalização dos Serviços de Saúde"** - foi apresentado pelo Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*), ao qual seguiram-se as intervenções da Sr^a. Deputada Fernanda Mendes (*PS*) e do Sr. Deputado Paulo Valadão (*PCP*), versando o referido documento, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade, tanto na generalidade como na especialidade.

Seguidamente, procedeu-se à votação do ponto 5 da ordem de trabalhos, referente à **Proposta de Resolução sobre a "Conta de Gerência da ALRA para 1996"**, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Sobre o ponto 6 referente à **Proposta de Resolução - "Alteração do nome do novo Hospital de P. Delgada"** - intervieram a Sr^a. Deputada Fernanda Mendes (*PS*), bem como os Srs. Deputados Sidónio Bettencourt (*PSD*), Nuno Almeida e Sousa (*PP*), Paulo Valadão (*PCP*) e Madruga da Costa (*PSD*).

A Proposta acima referida foi rejeitada por maioria.

Passou-se, de seguida, à apreciação e votação do último ponto da ordem do dia - **Ante-Proposta de Lei sobre o "Regime Jurídico de Criação de Freguesias da RAA"** - a qual foi aprovada por unanimidade, quer na generalidade quer na especialidade.

Sobre este diploma intervieram os Srs. Deputados Norberto Messias (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*) e Alvarino Pinheiro (*PP*).

(Os trabalhos terminaram às 20,30 horas).

Presidente: Srs. Deputados boa tarde.

Agradecia que tomassem os vossos lugares para se proceder à chamada.

(Eram 15, 10 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

PS - António Gomes, António José Loura, António Silva Melo, Augusto Elavai, Carlos Fraga, Dionísio Sousa, Élio Valadão, Fátima Sousa, Fernanda Mendes, Fernando Menezes, Francisco Sousa, Guilherme Pinto, Herberto Rosa, João Forjaz Sampaio, José Humberto Chaves, Luís Resendes, Manuel Serpa, Natividade Luz, Rui Pedro Ávila, Vasco Cordeiro; PSD - Aires Reis, Alberto Madruga da Costa, Ana Gomes Silva, António Almeida, António Meneses, Aurélio da Fonseca, Berta Cabral, Duarte Freitas, Eugénio Leal, Francisco Xavier Rodrigues, Humberto Melo, João Cunha, Joaquim Ponte, Jorge Valadão dos Santos, José Aguiar, José Francisco Fernandes, José Manuel Bolieiro, José Manuel Nunes, José Maria Bairos, Manuel Brasil, Manuel da Silva Azevedo, Mark Marques, Sidónio Bettencourt, Victor Cruz; PP - Nuno Almeida e Sousa; PCP - Paulo Valadão).

Presidente: Estão presentes 46 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos pela leitura da correspondência entrada na Mesa.

Secretário (*Guilherme Pinto*): Do gabinete do Sr. Provedor de Justiça um ofício remetendo o relatório sobre "Serviços de Protecção Civil Nacional e Regional dos Açores", elaborado por este órgão de estado.

Secretário (*José Aguiar*): Do gabinete do Sr. Ministro da República um ofício, dando conta da remessa para publicação no Diário da República do Decreto Legislativo Regional nº 31/97, aprovado por esta Assembleia Regional.

Secretário (*Guilherme Pinto*): Do gabinete do Sr. Ministro da República um ofício, dando conta do envio para publicação no Diário da República do Decreto Legislativo Regional nº 33/97 - "Adaptação do Decreto-Lei nº 43/89, de 3 de Fevereiro (Regime Jurídico de autonomia das escolas oficiais dos 2º e 3º ciclos dos ensinos básico e secundário)".

Secretário (*José Aguiar*): Um abaixo-assinado de alguns cidadãos da Freguesia das Fontinhas, queixando-se pela falta de água naquela localidade.

Secretário (*Guilherme Pinto*): Do gabinete do Sr. Ministro da República um ofício, dando conta de que seguiu para publicação no Diário da República o Decreto Legislativo Regional nº 34/97 - "Criação da direcção, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico".

Secretário (*José Aguiar*): Do Grupo Parlamentar do Partido Socialista um ofício informando que foi reconduzida às respectivas funções a Direcção deste Grupo Parlamentar, com a seguinte composição:

Presidente - Deputado Fernando Menezes.

Vice-Presidentes - Deputados Manuel Serpa, Francisco Sousa e Augusto Elavai.

Secretário (*Guilherme Pinto*): Do Deputado Regional do PSD Manuel Brasil, um requerimento do seguinte teor:

Considerando que o Porto das Velas é o maior porto armador, pesqueiro e de abrigo da ilha;

Considerando que o varadouro deste porto está bastante danificado, não permitindo, em caso de mar mau, varar ou arrear com a devida segurança os barcos de maior arqueação existentes naquele porto;

Considerando que em função dos factores supracitados, os pescadores das Velas são obrigados a manter os barcos em terra por períodos de tempo bem superiores àqueles que é desejável e prejudicial ao ganha pão destes profissionais;

Considerando que uma boa grua que movimente cinquenta toneladas e o arranjo do varadouro há tanto tempo previsto, resolveriam esta situação;

Ao abrigo da legislação regimental aplicável, requero que me seja prestada a seguinte informação:

1- Para quando está previsto o arranjo do Porto das Velas?

2- Está prevista para breve a aquisição de uma grua de cinquenta toneladas para o Porto das Velas, em S. Jorge?

Horta, Sala das Sessões 20 de Janeiro de 1998

O Deputado Regional: Manuel Teixeira Brasil".

Secretário (*José Aguiar*): Do Deputado Regional Manuel Brasil do PSD, o seguinte requerimento:

"Considerando que o extinto IACAPS tem instalações em S. Jorge, nas Freguesias de Velas, Rosais, Norte Grande, Calheta e Santo Antão;

Considerando que estas instalações deverão ser transferidas para organizações de interesse local;

Considerando que as instalações das Velas estão destinadas às associações de agricultores da Ilha de S. Jorge;

Considerando que parte destas instalações necessitam de urgentes reparações;

Ao abrigo da legislação regimental aplicável, requeiro que me seja prestada a seguinte informação:

1- A quem vão ser entregues as instalações do extinto IACAPS em S. Jorge?

2- Para quando está prevista a entrega destas instalações, nomeadamente aquelas que são a sede das associações dos agricultores jorgenses?

Horta, Sala das Sessões, 20 de Janeiro 1998

O Deputado Regional: Manuel Teixeira Brasil".

Secretário (*Guilherme Pinto*): Do Deputado Regional do PSD Aires Reis um requerimento do seguinte teor:

"Considerando a importância vital do abastecimento de água às explorações agro-pecuárias;

Considerando a assinatura recente de um protocolo de abastecimento de água à maior bacia leiteira de S. Jorge;

Considerando que o protocolo não prevê a calendarização dos trabalhos;

Considerando ter a Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente respondido a um requerimento meu, informando que se prevê para este ano o abastecimento de água à pecuária na referida bacia leiteira;

Considerando que se trata de uma informação insuficiente para os lavradores que esperam ansiosamente por água nas pastagens;

Considerando que as actuais condições de higiene provocadas sobretudo por falta de água e maus acessos às pastagens, só por milagre e muita dedicação não provocam problemas graves na qualidade do tradicional queijo de S. Jorge.

Requeiro a V. Ex^a., ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, se digne questionar o Governo Regional sobre o seguinte:

Está o Governo Regional em condições de calendarizar, de forma definitiva e até à conclusão, a obra de abastecimento de água à lavoura do Concelho da Calheta?

Horta, Sala das Sessões, 20 de Janeiro de 1998

O Deputado Regional, Aires Reis".

Secretário (José Aguiar): Do Deputado Regional do PSD Aires Reis um requerimento do seguinte teor:

"Considerando que o Decreto Legislativo Regional 26/94/A, de 30 de Novembro, continua por regulamentar, com graves prejuízos, particularmente evidentes, na abertura e conservação de Caminhos de Vocação Agrícola;

Considerando que estão de pé todas as questões por mim colocadas ao Governo Regional, em requerimentos datados de Janeiro e Outubro de 1997, e aos quais o Governo Regional ainda não respondeu;

Requeiro a V. Ex^a., ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, que os referidos requerimentos, cuja cópia anexo, sejam retomados. O de 15 de Outubro a título de 2^a via, e o de 28 de Janeiro a título de 3^a via.

Horta, Sala das Sessões, 20 de Janeiro de 1998.

O Deputado Regional, Aires Reis".

Secretário (Guilherme Pinto): Do Deputado Regional do PSD Aires Reis um requerimento do seguinte teor:

"Pela Resolução 3/91, de 15 de Janeiro, o Governo Regional mandou condensar, num único diploma, toda a legislação aplicável às vias de comunicação da Região Autónoma dos Açores.

O DLR 26/94/A, de 30 de Novembro, criou o Estatuto das Vias de Comunicação Terrestre, na Região Autónoma dos Açores, que prevê a reclassificação das vias existentes.

- Considerando que a referida reclassificação nunca ocorreu;
- Considerando que o Estatuto das Vias de Comunicação Terrestre atribui às autarquias, competências em relação aos caminhos de vocação agrícola, acompanhadas de transferências financeiras;
- Considerando que o Governo Regional ao mesmo tempo que operou as reclassificações, abandonou, em várias zonas, os caminhos de vocação agrícola, sem apoiar de qualquer forma as autarquias que se têm interessado pela manutenção dessas vias e mesmo pela abertura de novas;
- Considerando que algumas autarquias, sobretudo aquelas onde se situam zonas leiteiras, estão a ocupar grande parte dos seus meios humanos e materiais nos caminhos de vocação agrícola, vendo-se obrigados a adjudicar, à iniciativa privada, obras que são da sua competência e que poderiam realizar pelos seus próprios meios;- Considerando que essa situação lesa profundamente a capacidade das autarquias de prosseguir os objectivos que só a eles dizem respeito;
- Considerando que essa situação lesa profundamente a capacidade das autarquias de prosseguir os objectivos que só a eles dizem respeito;

Solicito a V. Exa, ao abrigo das disposições regulamentares aplicáveis, se digne obter do Governo Regional informações sobre:

- 1 - Pretende ou não o Governo Regional proceder à reclassificação dos caminhos de vocação agrícola e outras vias, conforme previsto no Estatuto das Vias de Comunicação Terrestre na Região Autónoma dos Açores?
- 2- Em caso afirmativo, está o Governo Regional em condições de calendarizar os trabalhos preparativos da reclassificação?
- 3 - Pretende ou não o Governo Regional compensar financeiramente as autarquias desde que lhe sejam atribuídas competências na manutenção de vias, conforme prevê a lei em causa?
- 4 - Pretende o Governo Regional assegurar a manutenção dos caminhos de vocação agrícola enquanto reclassificações e eventuais transferências de competência se mantêm em aberto?

5 - Aceita o Governo Regional compensar as autarquias pelos investimentos até agora realizados na manutenção e abertura de caminhos de vocação agrícola, quando essas funções competiam a departamentos governamentais que não as executaram? Horta, Sala das Sessões, 28 de Janeiro de 1998.

Horta, Sala das Sessões, 28 de Janeiro de 1998.

O Deputado Regional, Aires António Fagundes Reis".

Secretário (José Aguiar): Deu entrada na Mesa uma Proposta de Resolução, do Grupo Parlamentar do PS, relativa à "Alteração do nome do novo Hospital de P. Delgada".

Presidente: Terminámos o 1º ponto do **Período de Antes da Ordem do Dia.**

Para uma interpelação à Mesa tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, nos termos regimentais, o Grupo Parlamentar do PS solicita à Mesa um intervalo de 15 minutos.

Presidente: É regimental o pedido, por isso vamos interromper os nossos trabalhos por 15 minutos.

(Eram 15,30 horas)

Presidente: Srs. Deputados, pedia a vossa atenção, pois vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 16,15 horas)

Recordo que estávamos no ponto 2 do PAOD, relativo à emissão de votos.

Tenho aqui na Mesa dois Votos de Protesto, sendo o primeiro do Grupo Parlamentar do PSD.

Vou dar a palavra a um dos Srs. Deputados subscritores deste Voto para que proceda à sua apresentação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

"Voto de Protesto

Considerando que o Presidente da Câmara da Povoação foi ouvido no dia 19 de Janeiro, p.p., pela Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, no sentido de esclarecer a sua actuação como Presidente da Comissão Local de Protecção Civil, nos graves acontecimentos ocorridos no último dia de Outubro do ano passado, na Ribeira Quente;

Considerando que esta audição foi proposta pelos Deputados do partido Socialista e aprovada por unanimidade na Comissão;

Considerando que a audição decorreu dentro da normalidade, tendo o Sr. Presidente da Câmara feito todos os esclarecimentos que entendeu convenientes, quer por sua iniciativa, quer respondendo a perguntas dos deputados;

Considerando que o Sr. Presidente da Câmara da Povoação, no dia imediato, em Conferência de Imprensa, proferiu expressões atentatórias do trabalhos dos Deputados e desta Assembleia, de que se destacam as expressões:

"Sinto-me indignado e injustiçado".

"Os Srs. Deputados do PSD encenaram um facto político".

"Era bom que os Srs. Deputados deixassem de basear o seu trabalho em jogos palacianos".

"Era bom que os Srs. Deputados começassem a interessar-se pelos problemas dos Açorianos".

É bom lembrar que foi o PS quem propôs a audição do Presidente da Câmara e não o PSD.

É bom lembrar que a fiscalização do Governo é uma actividade nobre desta Assembleia e que a protecção Civil é algo que interessa a todos os Açorianos.

A atitude arrogante do Presidente da Câmara é bem elucidativa de quanto desconhecia as funções e competências deste Parlamento e o desempenho de todos os seus Deputados.

É uma atitude anti-democrática e desrespeitadora do papel da Assembleia, em clara contradição com o elogio dirigido à actividade de uma Comissão deste

Parlamento que visitou o seu Concelho por altura dos temporais que assolaram a Povoação nos finais de 1996.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, propõe que seja aprovado um voto de protesto pelo conteúdo das afirmações produzidas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal da Povoação, nomeadamente pelo desrespeito nelas manifestado pelo trabalho e dignidade dos Deputados da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Presidente: Está aberta a discussão sobre este Voto de Protesto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Voto de Protesto aqui presente pelo Partido Social Democrata, afigura-se-nos oportuno e além disso, julgamos que o mesmo está concebido de uma maneira adequada que possibilita esta Assembleia tomar a única posição que nos parece apropriada à atitude do Sr. Presidente da Câmara da Povoação, que deu origem a este Voto.

Ao longo do texto, ficam bem claros os diversos exemplos de situações em que o Sr. Presidente da Câmara da Povoação ofende, de forma inconcebível e inadmissível, o Parlamento dos Açores.

O Sr. Presidente da Câmara da Povoação põe, de facto, em causa a dignidade desta Casa, dos representantes do Povo dos Açores e isso deve merecer, por parte deste órgão - e estou certo de que isso vai acontecer - um unânime e frontal repúdio.

Nessa perspectiva, o Partido Popular considera que os termos e a forma utilizada pelo Partido Social Democrata para o modo como esta Assembleia se deve indignar, estão elaborados de uma forma que pensamos ser o mais objectiva possível, dadas as circunstâncias, bem como dada a vantagem de tratar estas matérias, por forma a que não haja lugar a situações que envolvam outro tipo de conflitos ou de desavença parlamentar.

Muito mais do que aqui é referido pelo Grupo Parlamentar do PSD seria susceptível de ser comentado, porque realmente o texto apresentado pelo Sr.

Presidente da Câmara da Povoação à comunicação social dos Açores, é de uma infelicidade e de uma gravidade que muitas páginas poderiam ser escritas como resposta adequada deste Parlamento e dos seus Deputados, à atitude indigna assumida pelo Sr. Presidente da Câmara da Povoação.

De resto, tudo isso parte de uma grande confusão.

Porque estamos num sistema político-partidário, embora - repito - o Voto do PSD tente ressalvar esse aspecto, não podemos deixar de ter presente que até neste particular, o Sr. Presidente da Câmara da Povoação, com a sua atitude, começa por pôr em causa os nossos colegas Deputados do Partido Socialista. E isto, julgamos, desde logo, adiciona um grau de perturbação que nos parecia inadmissível.

Quando o Sr. Presidente da Câmara da Povoação refere que veio a esta Casa responder perante uma Comissão desta Assembleia, por respeito para com o órgão máximo da Autonomia, mas está indignado e sente-se injustiçado, Sr. Presidente e Srs. Deputados, isso é ridículo!

O Sr. Presidente da Câmara da Povoação veio à Comissão desta Assembleia, tal como aqui já foi referido, por proposta dos ilustres companheiros do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Até podia ter sido por sugestão de outros quaisquer Srs. Deputados, com a mesma legitimidade, mas por acaso foi realmente por sugestão do Srs. Deputados do PS, a qual foi unânime e pacificamente subscrita e aceite por todos os membros da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais.

Portanto, essa atitude que, desde logo, é afrontosa relativamente aos Srs. Deputados que tiveram a iniciativa legítima de solicitar a referida audição com o Sr. Presidente da Câmara e é chocante para todos nós e, certamente por maioria de razão, para quem - não duvido de boa fé - solicitou a presença do Sr. Presidente.

Eu não pertenço a essa Comissão, mas sim colegas meus de bancada, porém estou informado que inclusivamente grande parte dos ataques inqualificáveis que são feitos ao Parlamento dos Açores e aos representantes do Povo dos Açores, pelos vistos o Sr. Presidente da Câmara nem teve a coragem de os fazer

em plena Comissão, pois seria o mínimo para quem eventualmente não tivesse compreendido as razões de ter sido convidado a vir a esta Casa.

Presidente: O Sr. Deputado já esgotou o seu tempo.

O Orador: Obrigado Sr. Presidente, já termino.

Vou terminar dizendo que, politicamente ou não, quem assim procede, fá-lo de uma maneira cobarde relativamente a órgão desta importância.

Se alguma coisa havia a dizer, no mínimo, começasse por ter dito no seio da própria Comissão.

Para concluir, queria deixar claro que o Partido Popular subscreve, obviamente, este Voto de Protesto do PSD e esta nossa intenção será manifestada pelo voto favorável, com a convicção de que esta Assembleia saberá responder, politicamente, a um grave atentado que lhe foi dirigido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Participámos nos trabalhos em que, por iniciativa do Partido Socialista, foi proposto à Comissão que houvesse uma audição ao Sr. Presidente da Câmara Municipal da Povoação.

Infelizmente, e devido ao cancelamento do voo Flores/Horta, não nos foi possível assistir a essa audição em que participou o Sr. Presidente da Câmara da Povoação.

Porém, e aliás como tinha sido acordado na Comissão, essas audições seriam gravadas, e porque vi através da RTP-Açores que tinham ocorrido precisamente nesta Sala de Plenário, espero bem que através dos serviços técnicos desta Assembleia, tenhamos a possibilidade urgente de termos em separata aquilo que se passou nessa audição, pois só assim poderemos analisar concretamente o que ocorreu, quer na audição do Sr. Presidente da Câmara quer do Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

De qualquer modo, também temos conhecimento das declarações proferidas em conferência de imprensa pelo Sr. Presidente da Câmara da Povoação. E pelo

texto a que tivemos acesso, e que foi divulgado, consideramos que o Sr. Presidente da Câmara da Povoação fez declarações a todos os títulos infelizes, porque não compreendemos as acusações feitas, seja ao trabalho parlamentar seja àqueles que, com a mesma seriedade com que o Sr. Presidente da Câmara trabalha na sua Autarquia, aqui também trabalham.

Por isso mesmo, pensamos que essas declarações infelizes merecem por parte dos Deputados Regionais o protesto que aqui é proposto pelo PSD.

Efectivamente, analisando o Voto que nos foi presente, consideramos que se procura encarar a situação com seriedade, por isso nós vamos dar o nosso voto favorável àquilo que aqui é proposto, na medida em que pensamos que realmente não poderiam passar sem reparo as afirmações proferidas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal da Povoação.

Por um lado, pela injustiça de algumas dessas afirmações - e recorde que se o Sr. Presidente da Câmara da Povoação aqui esteve, foi por proposta do seu próprio partido - e por outro lado, os juízos de valor que ele faz não têm qualquer razão de ser e nós só os podemos ver como de facto uma declaração infeliz.

Assim sendo, vamos votar este Voto de Protesto favoravelmente, considerando que este nosso voto favorável é um contributo para a dignificação desta Assembleia Regional, bem como do trabalho do deputado regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma intervenção para esclarecer o que esteve na base, ou seja, as motivações do PSD ao apresentar este Voto de Protesto.

Em primeiro lugar, quero relembrar que foi o Partido Socialista que apresentou uma proposta na Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais para ouvir o Sr. Presidente da Câmara da Povoação.

Portanto, é preciso que fique claro que se há jogos palacianos e jogos parlamentares, são os jogos do Partido Socialista que foi quem fez a proposta, para depois permitir o teatro político do Presidente da Câmara da Povoação

neste Parlamento, para um dia depois, ir criticar, de forma inqualificável, o Parlamento, justamente na televisão perante os olhos do Povo Açoriano!

Se há jogos palacianos e parlamentares, eles são vossos e não nossos!

Em segundo lugar, o PSD não admite que alguém, seja o Presidente da Câmara da Povoação ou outro qualquer presidente, ou ainda outro responsável político, ofenda o Parlamento como o Presidente da Câmara da Povoação ofendeu!

O Sr. Presidente da Câmara ofende ao falar em jogos palacianos!

Ofende ao duvidar da solidariedade do Parlamento e dos deputados!

Certamente duvidou do voto que foi aqui aprovado por unanimidade, ao dizer que havia "solidariedades circunstanciais", quando eu e outros Deputados do PSD fomos à Ribeira Quente no dia em que tudo aconteceu, com a diferença de que não esperámos por boleias de helicópteros. Fomos pelo nosso pé, lá estivemos e é inqualificável que se duvide da solidariedade desses deputados que lá estiveram e que se duvide da solidariedade do Parlamento, no seu conjunto, porque foi aprovada aqui uma declaração política, na qual todos votaram por unanimidade a solidariedade deste Parlamento.

Isto não pode ser aceite pelo Grupo Parlamentar do PSD!

Também não podemos aceitar que o Sr. Presidente da Câmara da Povoação tenha sugerido aos deputados que se preocupem com os problemas concretos, porque até um deputado que lhe é bem próximo, o Deputado Rui Pedro Ávila, ainda recentemente veio aqui a esta Assembleia falar de um problema concreto no qual se envolveu e que afinal teve resolução.

Por isso, eu não percebo nem admito que o Sr. Presidente da Câmara da Povoação venha sugerir e aconselhar os deputados a preocuparem-se com problemas concretos!

Nesta bancada, essa crítica não assenta e julgo que não devia assentar em nenhuma das bancadas deste Parlamento!

Diz inclusive o Sr. Presidente da Câmara, algo tão grave quanto isto no seu comunicado: "não se brinque com assuntos que são extremamente sérios. Trabalhe-se mais como deputados eleitos pelo povo", o que o mesmo é dizer "é

preciso que os Srs. Deputados prestem um melhor serviço ao povo que os elegeram".

Isso é inadmissível, é vergonhoso e merece uma crítica profunda, em toda a linha e com grande motivação política, na defesa da honra deste Parlamento!

Nós não permitimos isso e colocamos essas afirmações à consideração do Parlamento. Como não permitimos que o Sr. Presidente da Câmara, certamente não gostando de ser fiscalizado, venha também aconselhar o Parlamento a exercer um rigor nas suas funções de fiscalização.

É isso justamente que este Parlamento está a fazer.

O fiscalizado é que não está a gostar da fiscalização e por isso também vem dar ordens do alto da sua arrogância e prepotência política.

Por nós, também não podemos aceitar isso. Como também não podemos aceitar que agora se venha erguer o argumento de que é preciso defender a imagem externa da Povoação ou da Ribeira Quente, quando o Grupo Parlamentar do PSD, através dos deputados eleitos por S. Miguel, teve uma reunião com o Presidente da Câmara da Povoação, na qual ele nos pediu para interferirmos, no sentido do Governo Regional declarar aquela zona de "calamidade pública".

Isso é preocupar-se com a imagem externa da Povoação?

Não, acho que não é.

Só que bom mesmo para a imagem externa da Ribeira Quente e da Povoação, é toda a gente perceber que a Protecção Civil funciona bem.

Esta é outra saída política que também nos parece ridícula e abusiva por parte do Presidente da Câmara da Povoação.

É um homem conflituoso!

Um homem que não está a gostar de ser fiscalizado e que fez ataques soezes a esta Assembleia, como nenhum Presidente de Câmara alguma vez fez!

Merece, por isso, um protesto que tem de ser - na minha opinião - um protesto unânime!

Será injustificável que não o seja!

Pela nossa parte, demos o impulso processual para que se reponha a verdade e se diga o que é preciso dizer ao Sr. Presidente da Câmara da Povoação.

Fica esclarecida a nossa posição.

Fizemos uma proposta de um Voto de Protesto, acho que a Assembleia, por muito menos, já fez votos de protesto. Nesta situação e com esta gravidade, é o que se espera deste Parlamento.

Protestar contra um responsável político que devia ter pensado muito bem na resposta que ia dar ao Parlamento. Veio aqui falsear os dados do jogo político, esteve a fingir na Comissão, porque no dia a seguir, queixou-se de nós, diz que se sente injustiçado não se sabe porquê e diz que o Parlamento não presta, que os Srs. Deputados não trabalham e que esta Casa quase não serve para nada!

Eu, e o meu Grupo Parlamentar, bem como esta Assembleia, não deviam aceitar isso!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Vamos proceder à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este Voto de Protesto apresentado pelo PSD, fazem o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, fazem o favor de se sentar.

Secretários: O Voto de Protesto apresentado pelo PSD foi aprovado com 24 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP e registou 24 votos contra do PS.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes para uma declaração de voto.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aquilo que foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara da Povoação, em nossa opinião, foi infeliz.

Esta é a primeira coisa que eu quero dizer neste Parlamento, porque nós também não aceitamos que diminuam quer a importância do Parlamento, quer as funções dos deputados.

Só é entendível, porque essa pessoa provavelmente está de alguma forma perturbada com tudo o que tem acontecido e tem que ser entendido nesse

contexto de alguma perturbação e de muita especulação à volta do problema da Ribeira Quente e à volta da tentativa de se encontrar culpados para aquilo que aconteceu.

O nosso voto, Srs. Deputados, é um voto político, porque do nosso ponto de vista, o Voto do PSD não aparece aqui isoladamente, mas tem sim por detrás outros objectivos.

Este Voto insere-se num processo em curso que começa a ser arrastado, doloroso, para alimentar não sei bem o quê.

Deputado Victor Cruz (PSD): Isso é uma aldrabice!

O Orador: Temos assistido a isso, designadamente na Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, quando foi pedido pelo PS algumas audições, mas agora já se propõe outra audição a um comandante de bombeiros. Da manhã para a tarde já se propõe uma outra audição a mais um comandante de bombeiros e até já se propõe a audição de um presidente de uma associação...

Deputado Eugénio Leal (PSD): É os que forem necessários!

O Orador:... e o que nos parece, Srs. Deputados, é que se está aqui a arrastar e a alimentar uma situação com objectivos políticos determinados de atingir o Governo Regional, nomeadamente o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos que é o responsável pela Protecção Civil nos Açores.

Mas é preciso que se diga, Sr. Presidente e Srs. Deputados, já que o faço neste enquadramento, que existe um Serviço de Protecção Civil, com a orgânica que se conhece e que não é boa...

Vozes da bancada do PSD: Isso não tem nada a ver com o Voto de Protesto!

O Orador:... com os recursos humanos que tem e que não são os melhores, com as telecomunicações que tem e que não são as melhores. E como diz o Sr. Presidente da Câmara, não se construiu uma estrada alternativa na Ribeira Quente e por aí abaixo.

Portanto, há aqui uma série de realidades que passam à margem de todos os protestos, que passam à margem de todas as audições. E é por não existir este conjunto de coisas que o Governo já está a preparar dois diplomas para alterar a estrutura do Serviço, para resolver o problema das telecomunicações...

Deputado Humberto Melo (PSD): O que é que isso tem a ver com o Presidente da Câmara?!

O Orador:... e é também para esclarecer tudo isto que o próprio Governo Regional já determinou um inquérito que está já em curso.

É por isso, Srs. Deputados, e é um bocado penoso para mim ter que dizer aqui, que nós votámos contra este Voto de Protesto.

Achámos infelizes aquelas palavras, procurámos entendê-las num contexto de alguma amargura e de alguma exaltação, mas este Voto não é inocente, como não é nenhum, e neste caso não há rigorosamente nenhuma inocência, pois pretende-se moer e arrastar uma situação que já de si é extremamente penosa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz para uma declaração de voto.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Acabámos de ver como se faz uma declaração de voto falsa, sobre uma questão marginal, como se foge a um assunto e como um deputado, em nome de um grupo parlamentar, se sente incomodado.

Nós não temos uma única crítica ao Serviço de Protecção Civil neste Voto de Protesto e, portanto, não é isso que está em causa.

Se quiser discutir a questão da Protecção Civil, daqui a pouco teremos o período de tratamento de assuntos relevantes para a Região e temos muito tempo para isso e estamos prontos para isso!

Este Voto não é sobre o desempenho da Protecção Civil.

Este Voto é apenas sobre as declarações inqualificáveis do Presidente da Câmara da Povoação em relação a este Parlamento. E nunca vai perceber, e vai ficar na sua história política como Deputado e do seu Grupo Parlamentar, porque é que se vota contra um voto que é este mesmo!

Um voto tem um sentido político e uma mensagem política que é, como deve saber aos anos que é deputado, a parte final. E a parte final deste Voto diz apenas o que diz.

Portanto, o PS tentou fugir de qualquer maneira, aflito e nervoso como está com esta matéria, mas de forma que toda a gente percebe!

Toda a gente percebeu o vosso incómodo!

O que ninguém percebe é o vosso voto!

Um voto de quem achou que merece esses recados.

O Grupo Parlamentar do PS acabou de "engolir" e de achar bem que um presidente de câmara diga que é preciso que os Srs. Deputados - os **vossos deputados**, não os meus! - prestem um melhor serviço ao povo que os elegeu!

Isso mesmo foi dito por um alto dirigente do Partido Socialista.

Nós sabíamos que isto não estava bem, mas que fosse a este ponto - sinceramente - nunca pensámos!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ainda bem que o Partido Socialista não representa o Povo dos Açores!

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): *Muito bem! Muito bem!*

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: Porque se representasse o Povo dos Açores, muito mal estávamos nós e muito mal estava esta Assembleia!

Felizmente, os representantes do Povo dos Açores, por maioria, tomaram a única posição que era possível, desejável e oportunamente aconselhável tomar, que foi defender a honra desta Casa, a honra dos Srs. Deputados, a honra - ao fim e ao cabo - do sistema democrático e da Autonomia Regional.

Lamento, profundamente, embora respeite com certeza, a tendência do voto do Partido Socialista.

Ao contrário de outras situações do passado, hoje o Partido Socialista perdeu uma oportunidade de contribuir para a dignificação desta Casa.

É bem verdade que se refugiou, talvez por deformação técnica, numa situação que considera politicamente - o Sr. Presidente da Câmara da Povoação - como inimputável. É o que está dito.

De resto, eu próprio tive essa tentação, porquanto é o próprio que refere nos seus documentos, que o seu quadro psicológico está afectado.

Quando o próprio doente admite que o seu quadro psicológico está afectado, eu compreendo que o Partido Socialista tenha tentado refugiar-se nesse argumento, mas Sr. Presidente, para essas situações os remédios são outros!

(Risos das bancadas do PSD e PP)

Efectivamente, não vimos aqui outras intenções subjacentes a este Voto, senão aquilo que está escrito e os factos.

Se há situações que não abonam em favor dos órgãos de Governo próprio da Região e, portanto, do próprio Governo Regional, é precisamente a falta de coragem no Parlamento para assumir a posição certa no momento certo e isso desacredita, e acho que também não é bom para o Governo. E quando se acaba por, politicamente, fazer uma protecção cega e injustificada a alguém que cometeu de facto um atentado relativamente a esta Casa, isso é que é lamentável!

Seja como for, fica o resultado final que honra esta Assembleia, ou seja, de que o Parlamento dos Açores, de cabeça erguida, respondeu a talvez uma das maiores provocações que lhe foram feitas em 22 anos de Autonomia!

Vozes das bancadas do PSD e do PP: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O nosso voto favorável à proposta de voto apresentada, é tão somente no sentido de que consideramos que efectivamente nas declarações do Sr. Presidente da Câmara da Povoação houve um desrespeito pelo trabalho da Assembleia, pelo trabalho dos deputados e foi feito também um conjunto de juízos de valor que são abusivos, na nossa opinião, injustos e, logo, dignos de serem criticados e justificativos de uma posição política perante essas mesmas afirmações.

Essa posição política está traduzida neste Voto de Protesto, uma vez que pensamos que as afirmações do Sr. Presidente da Câmara da Povoação foram merecedoras deste protesto que acabámos de votar aqui.

Presidente: Antes de passarmos ao Voto de Protesto seguinte, queria chamar a atenção dos Srs. Deputados para um fenómeno que está a repetir-se ultimamente, ou seja, o problema dos telemóveis que algumas pessoas mantêm ligados e que causam perturbações, algumas das quais são audíveis e outras não, mas que incidem sobre os mecanismos de gravação das nossas sessões.

Portanto, agradecia aos Srs. Deputados que não só não utilizassem os telemóveis dentro da Sala, como também os mantivessem desligados para que os nossos problemas sejam sanados, pois é um aspecto que prejudica o trabalho final desta Assembleia.

Vamos então passar ao segundo Voto de Protesto apresentado pelo PS.

Entretanto, o Sr. Deputado Victor Cruz pede a palavra presumo que para uma interpelação à Mesa.

Deputado Victor Cruz (PSD): Queria pedir um esclarecimento ao Sr. Presidente, se fosse possível.

Presidente: Faça o favor Sr. Deputado.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, o Artigo 91º do Regimento da Assembleia, sobre a emissão de votos, diz no seu nº1 o seguinte:

"Os votos referidos na alínea b) do Artigo 89º" - que é justamente o caso do Voto de Protesto em causa - "podem ser propostos pela Mesa ou por deputados

em número não inferior a cinco, devendo o deputado ou deputados comunicar à Mesa a sua intenção antes do início da reunião".

Nós temos interpretado este artigo como a comunicação à Mesa ser a apresentação do voto.

Assim sendo, eu pergunto ao Sr. Presidente se este Voto de Protesto ora presente foi entregue à Mesa antes do início desta reunião?

Presidente: Sr. Deputado, o Voto não foi entregue antes do início da reunião, mas a intenção da sua entrega foi manifestada a esta Mesa, portanto é essa a interpretação que temos que fazer do texto do Regimento, isto é, a manifestação da intenção até ao início da reunião, o que de facto aconteceu.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, devo dizer-lhe que nunca foi assim, de qualquer maneira o problema para nós até nem é essencialmente esse. Nós assistimos a um intervalo de 1 hora por parte do Grupo Parlamentar do PS, não vimos o papel em cima da mesa, por isso eu faço a pergunta e V. Ex^a. diz que recebeu a intenção oral daquele grupo parlamentar. Fico com a resposta e darei a interpretação que acho que é a que se deve dar a esse assunto.

Presidente: Com certeza. Mas foi efectivamente isso que aconteceu e tem cobertura regimental, portanto está aberto o mecanismo para qualquer outro Sr. Deputado fazê-lo e utilizá-lo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para também interpelar a Mesa.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na medida em que o Voto de Protesto ora presente invoca um jornal e nós não conhecemos o conteúdo daquilo que lhe é referido, ao abrigo do Artigo 91º, nº3 do Regimento, eu queria requerer que o Voto fosse votado na reunião seguinte.

(Risos da bancada do PSD)

Presidente: O pedido é regimental, a prática é aceitar esse pedido. Assim sendo, o Voto de Protesto ficará adiado para a próxima reunião.

Se não houver qualquer observação a fazer sobre esta decisão, vamos passar ao ponto seguinte deste Período de Antes da Ordem do Dia, para tratamento pelos Srs. Deputados de **assuntos de interesse político relevante para a Região**.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Francisco Fernandes.

(Pausa)

Presidente: Peço desculpa, mas a pedido do Grupo Parlamentar do PSD vai-se fazer uma alteração das inscrições.

Peço imensa desculpa ao Sr. Deputado José Francisco Fernandes, mas acabam de me indicar que é intenção do Sr. Deputado Victor Cruz fazer uma intervenção antes.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes para interpelar a Mesa.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, eu tenho algumas dúvidas de interpretação do Regimento que já agora gostaria de partilhar com esta Câmara.

No Artigo 91º, diz efectivamente o nº3 que "a requerimento de qualquer grupo ou representação parlamentar, poderão ser adiadas a discussão e votação".

Portanto, o que o Sr. Deputado Paulo Valadão fez foi um requerimento.

Por outro lado, o nº4 do mesmo artigo diz que "a aprovação do adiamento previsto no número anterior...", ou seja, a questão que se põe aqui é saber quem é que faz esta aprovação...?

Portanto, a dúvida que se me põe é se esta é uma aprovação do plenário ou se é decisão da Mesa...?

Presidente: Sr. Deputado, a interpretação que eu faço deste texto é semelhante àquela que tem sido feita - e invoco neste caso a praxe interpretativa - para uma disposição que está nos mesmos termos em relação à prorrogação do prazo para o período de antes da ordem do dia que está também exactamente nos mesmos termos.

Diz assim: "A prorrogação é concedida em cada reunião, desde que tal seja requerido por qualquer grupo ou representação parlamentar".

A interpretação que tem sido feita, é que basta ser requerida para ser concedida. Portanto, se os dois textos são exactamente semelhantes, julgo que a praxe interpretativa deve ser exactamente a mesma, ou seja, desde que seja requerido é concedido, sem necessidade de se fazer uma votação prévia do plenário.

Para o artigo da prorrogação é a praxe corrente, para este artigo não era a praxe corrente, mas a minha interpretação está condicionada por essa outra praxe que já existia, pois na minha opinião os casos são paralelos, o texto escrito parece-me ser exactamente semelhante, por isso faço interpretação semelhante.

O Sr. Deputado Fernando Menezes deseja interpelar de novo a Mesa?

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, essa é a interpretação da Mesa, sinceramente não me parece muito que assim seja.

Uma coisa é "podendo ser prorrogado por mais de 1 hora em cada reunião, desde que tal seja requerido", e outra coisa é o que diz o outro artigo, isto é, "a aprovação do nº4", portanto talvez tivesse que ser sujeito a votação. De qualquer modo, eu conformo-me com a decisão da Mesa.

Presidente: Quando se fala em aprovação, subentende-se que é a aprovação pela Mesa.

Vamos voltar às inscrições para as intervenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como devem calcular, a ânsia do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata para debater este Voto é tão grande que eu não resisto a fazer uma intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia, para que fiquem bem claras as consequências da apresentação do mesmo, por parte do Partido Socialista.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista inaugura, com este Voto de Protesto, uma prática nesta Casa que, tanto quanto sei, nunca alguém fez.

Os comentários, as apreciações, as críticas, os conselhos, que se fazem internamente às Comissões, ao funcionamento do Plenário, são sempre feitas e foram sempre feitas na conferência de líderes, em conversas nas Comissões, para que tudo pudesse passar a correr sempre melhor.

Foi sempre essa a postura construtiva dos Deputados nesta Casa.

Não há memória de que se tenha apresentado um voto de protesto sobre a actuação de um presidente de uma comissão.

Quem o apresenta diz, desde já, a este Plenário que tudo corre bem para os lados do Grupo Parlamentar do PS, que os seus presidentes de comissões não cometem erros e são os melhores, quando na conferência, ainda outro dia, foi chamado a atenção, relativamente à sua actuação que não é das melhores, o Presidente da Comissão de Economia e Finanças que praticamente não reúne a Comissão e faz mais reuniões por telefone do que as convoca na prática!

Isso precisa de ficar claro a partir daqui!

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista inaugura, e está em boa hora de voltar para trás, um estilo que vai mudar o relacionamento com o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata nesta Casa.

Isto não tem qualificação!

É uma tentativa de resposta ao Voto de Protesto, feito pelo PSD, ao Presidente da Câmara da Povoação!

E se não é uma tentativa de resposta, pior ainda, porque é da vossa "lavra", sem tão pouco ser com a justificação de que estão a tentar responder a um Voto de Protesto!

Podem dizer que não com a cabeça, mas a verdade é que se é uma resposta é grave! E se não é uma resposta é gravíssimo!!

A manter-se este Voto de Protesto por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, eu anuncio formalmente desta tribuna que não há mais nenhum tipo de relacionamento que não seja o formal, regimental, pura e simplesmente, entre estes dois grupos parlamentares!

Não há mais colaboração nas Comissões, a começar pela Comissão de Revisão do Estatuto!

Vão o Sr. Presidente e o Sr. Relator fazer os relatórios e não nós estarmos a colaborar imenso, talvez na maior parte do trabalho nessa matéria, com o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que é quem tem o descaramento de, sabendo como é que as coisas funcionam nesta Casa, apresentar um Voto de Protesto a um presidente de uma comissão,

provavelmente o que desempenha melhor a sua função de entre os actuais presidentes de comissões desta Casa!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Isso é reconhecido pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista!

Isso merece um reparo numa comissão!

Este Voto de Protesto é próprio de um reparo numa conferência de líderes! Não é próprio de um Voto de Protesto como este nesta Casa!

O Partido Socialista não está em condições de pedir sequer colaboração, não está a dignificar este Parlamento, com a agravante de não ser a maioria nesta Casa.

Começo sinceramente a questionar-me se o Grupo Parlamentar do PS merece ser o suporte deste Governo, quando antes me perguntava a mim próprio se este Governo merecia este Grupo Parlamentar!

A partir de hoje, com este tipo de actuação, fiquem com a certeza de que nem o Governo merece este Grupo, nem este Grupo merece este Governo, porque são ambos maus, ambos não dignificam o Parlamento e ambos utilizam os piores métodos políticos nesta Casa, para tentarem os seus objectivos, porque estão mal, porque não sabem o que fazer, porque os seus companheiros cometem erros e depois não olham a meios, numa atitude maquiavelista e incompreensível nesta Casa!

Este Voto de Protesto é, na nossa interpretação, mais grave do que os senhores pensam!

A manter-se este Voto de Protesto, não há mais qualquer colaboração que não seja a regimental e institucional!

Não há mais combinações, não há mais conversas, ninguém ajuda ninguém e tudo passa a ser formal e na altura certa!

Seja os conselhos do Presidente do Governo, seja o diálogo com o grupo parlamentar, seja a antecipação do conhecimento de posições do nosso grupo parlamentar. E começo já com a Comissão de Revisão do Estatuto!

O Grupo Parlamentar do PSD apresenta as suas propostas na Comissão, só não o faz no Plenário, porque o Estatuto merece estar acima disso tudo, mas vai

entregá-las por mão própria, numa reunião que o Sr. Presidente há-de convocar.

E quanto ao relatório não é nada connosco!

"O seu a seu dono"!

E assim será em todas as Comissões e assim passará a ser sobre todos os assuntos!

Agora o PS é quem sabe: ou mantém esse Voto, ou então passa a ser assim!

E venham daí que eu estou pronto para discutir o assunto!!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos de pé das bancadas do PSD e PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai, suponho que para prestar esclarecimentos.

Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

De facto, pedi a palavra, porque fui visado na intervenção do Sr. Deputado Victor Cruz, por isso gostaria de prestar um esclarecimento.

O Sr. Deputado disse que a Comissão de Economia e Finanças fazia as reuniões por telefone, só que eu penso - sinceramente - que isso tem sido sempre consensual naquela Comissão.

Deputado Victor Cruz (PSD): Mas vai deixar de ser!

Vai ser tudo diferente de agora em diante!

O Sr. vai trabalhar sozinho!

O Orador: Pronto!

Portanto, penso que não estou a fazer nada que seja anti-regimental.

Deixe-me só dizer-lhe que as reuniões telefónicas são feitas geralmente quando há audições aos órgãos de Governo próprio.

Houve uma altura em que estávamos a receber 5 ou 6 diplomas por semana, aliás o Sr. Presidente da Assembleia sabe disso, o que tornava quase impossível que reuníssemos todos os dias.

Isso verifica-se mais na Comissão de Economia e Finanças e agora, mais recentemente, na Comissão de Juventude e Assuntos Sociais.

Portanto, penso que a justificação para que se reunisse por telefone, sempre foi consensual na Comissão de Economia e Finanças.

Reuníamos quando havia diplomas regionais - decretos legislativos regionais - o que penso que também é consensual.

Deixe-me que lhe diga Sr. Deputado Victor Cruz que tem razão, quando diz que os reparos devem ser feitos na Comissão.

Tenho dito.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sr^a. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em 1997 todos sofremos o impacto deprimente e angustiante das notícias relativas aos crimes de que crianças foram alvo, na sequência da actividade de redes de pornografia de pedofilia.

Em Janeiro de 1998 pôde ler-se num diário açoriano a notícia da prisão de mais um homem por crime de pedofilia, e num outro jornal, também regional, na sua edição de Janeiro, um título apelativo à curiosidade e ao escândalo relativo à existência de pedofilia, também nos Açores.

E para completar este quadro na semana passada numa das redes nacionais de televisão foi passado um programa, onde mais uma vez imperou a premência da venda de audiências sobre o conteúdo da notícia. Assim pôde-se ver como o mau tratamento jornalístico de assuntos tão complexos quanto graves, como são os relacionados com a violência sexual, transforma-se num péssimo serviço à comunidade, sobretudo quando deixa subentender que às situações de excepção correspondem situações de maior frequência, transformando a excepção na regra.

Tais programas televisivos repetem, só que desta feita intencionalmente, as mesmas consequências negativas que determinados escritos médico-legais do século passado sobre crimes horrendos perpetrados por indivíduos profundamente perturbados e que por constituírem o único discurso médico sobre comportamentos sexuais, tinham uma influência extremamente negativa

sobre o pensamento médico em geral acerca da sexualidade humana, devido à extrapolação do patológico para o não patológico.

A sexualidade era reprimida e quando sobre a mesma se escrevia ou falava, era sob um ângulo negativo-patológico, de excepção, não do que devia ser a regra, o comum, o “normal”.

Com isto, não quero dizer que o tema em actualidade, a pedofilia, seja pouco comum e englobe somente casos excepcionais e de extrema raridade. O tema não é novo, principalmente para as classes profissionais das áreas médica e psicológica, já que os abusos sexuais constituem um grave problema e mais frequente do que o cidadão comum possa imaginar e que se tem mantido no segredo das memórias dos sexualmente abusados.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, e para que nos possamos compreender no desenvolvimento desta matéria, gostaria de numa forma sintética e o mais clara possível, especificar sobre o que estamos a falar quando nos referimos aos abusos sexuais e à pedofilia.

Ao falarmos de Abuso Sexual estamos essencialmente a referir-nos ao envolvimento de crianças e adolescentes em práticas sexuais que eles não são capazes de avaliar e dar o seu consentimento, face às suas imaturidades emocionais, afectivas e cognitivas. O abuso sexual envolve todos os tipos de actividades sexuais. As crianças podem ser expostas a actos exibicionistas ou sexuais, forçadas a protagonizar sessões de fotografias e vídeos pornográficos, submetidas a carícias dos seus genitais externos, obrigadas a práticas masturbatórias do adulto, a relações intercurrais ou aos diferentes tipos de coito. A pedofilia é uma forma de abuso, em que a perturbação sexual apresentada pelo indivíduo, diz respeito à sua preferência sexual por crianças usualmente em idades pré-púberes ou no início da puberdade. Alguns pedófilos são atraídos apenas por meninos ou meninas, outros por ambos os sexos. O incesto, por exemplo, é uma forma de abuso sexual que acontece intrafamiliarmente.

A importância, na minha opinião, de trazer este tema a esta Casa restringe-se essencialmente a duas intenções, por um lado, debatê-lo para melhor se tomar

consciência da sua existência, e de algumas das suas realidades, e por outro, apontar soluções a serem implementadas no sentido da possível resolução deste problema.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados:

Não nos podemos esquecer que os abusos sexuais, sob todas as suas formas, não são problemas novos, e embora tenha sido só a partir dos anos 70 que esse assunto passou a constituir uma preocupação constante por parte da opinião pública e de profissionais de vários ramos do saber, a sua verdadeira incidência é ainda desconhecida. Os estudos sobre essa problemática são escassos, até porque são difíceis de realizar, pois serão sempre retrospectivos, ou seja, o adulto relatará o que se passou na sua infância e adolescência. O mesmo já não se passa nos países anglo-saxónicos, onde diversos trabalhos relatam números que vão de 7 a 62% das mulheres e de 6 a 16% dos rapazes que foram vítimas de qualquer tipo de abuso sexual durante a infância ou na adolescência.

Entretanto, Félix Sanches, catedrático de Psicologia de Sexualidade da Universidade de Salamanca refere que nos países ocidentais, cerca de 10% dos rapazes e 20% das raparigas sofrem abusos sexuais por parte de familiares, conhecidos ou desconhecidos. Esses abusos, num grande número de casos, repetem-se várias vezes.

Se é verdade que os números referidos devem ser interpretados com prudência, não só devido aos aspectos socioculturais específicos dos diferentes países, mas também face ao próprio conceito de abuso que na sua definição inclui qualquer tipo de situação em que exista a utilização de crianças e adolescentes para satisfação sexual de adultos, não havendo obrigatoriedade do contacto físico.

Se por um lado, a prudência na análise dos números existentes é obrigatória, por outro, ignorá-los ou menosprezá-los representa uma atitude irresponsável com sérios custos para a nossa sociedade humanos, sociais e económicos

Postas estas questões, a pergunta que nos poderia ser colocada seria :

Porque são as crianças abusadas sexualmente?

Não restam dúvidas que uma criança é uma vítima perfeita, se não vejamos: são educadas a respeitar e obedecer aos pais e outras figuras investidas de

autoridade; são naturalmente confiantes e curiosas sobre o que as rodeia, incluindo o sexo; necessitam de afecto e procuram activamente atrair as atenções ou obter carinhos; as histórias que contam são habitualmente tidas por fantasiosas; são facilmente influenciáveis pelos adultos; são particularmente sensíveis a gratificações ou a ameaças e, de um modo geral, incapazes de resistir fisicamente. Daí a sua grande vulnerabilidade.

Outra questão importante é que durante anos ignorou-se a sexualidade infantil e como a sexualidade era reconhecida somente na perspectiva da reprodução e se as crianças não reproduziam, por consequência não tinham sexualidade. No entanto é hoje reconhecida a ampla dimensão da sexualidade humana e que cada etapa do ciclo de vida apresenta características próprias.

Neste sentido, os adultos devem lidar com a sexualidade infantil como sendo uma realidade que é própria do desenvolvimento psico-sexual da criança, cujo ganho é o desenvolvimento em si mesmo, que se pretende equilibrado e saudável e não como sendo um investimento da criança para a relação sexual adulta.

O silêncio à volta da sexualidade infantil não tem protegido as nossas crianças da vitimização sexual. No entanto, qualquer posição radical e alarmista, também lhes é prejudicial, tanto na efectiva ajuda às crianças abusadas, como no desenvolvimento de medos em relação aos adultos, assim como também propicia a que os próprios adultos, sintam-se inseguros relativamente à forma de se relacionarem com elas. A inibição da manifestação dos afectos por parte dos adultos é profundamente perturbador do desenvolvimento psico-afectivo das crianças, bem como do desejável relacionamento equilibrado entre as gerações.

A nós, crianças e adultos açorianos, não interessa esses extremos nem quaisquer fundamentalismos que possam levar a perdas irreparáveis para ambos.

A nós, interessa-nos sobremaneira que se actue de uma forma firme mas equilibrada, não só no tratamento das vítimas, na justa e dura punição dos agressores, mas sobretudo no processo, a jusante, ou seja, na prevenção.

É aqui, na prevenção, Sr^{as}. e Srs. Deputados, que nós podemos vislumbrar o “verdadeiro tratamento” dessas situações. De nada adianta descobrir um maior número de situações e punir os abusadores se não investirmos seriamente nessa área.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se continuarmos a ignorar que temos de **ensinar** as nossas crianças a dizer “**não**”, repito, **ensinar** a dizer não, porque, por mais controversa que seja a definição de criança sexualmente abusada, nenhuma criança está psicologicamente preparada para se envolver em contactos sexuais, pelo que essas situações irão sempre perturbar o seu desenvolvimento e equilíbrio emocional.

Entretanto, respostas às questões sobre a forma e em que contexto se deve veicular essas mensagens para que aprendam a defender-se, têm de passar obrigatoriamente pela prática de uma educação sexual formal no âmbito de uma educação pessoal, social e afectiva da criança, com vista à promoção do conhecimento de si própria e dos outros.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O direito à educação sexual no nosso país é um direito consubstanciado em Lei, há já quase 14 anos. Trata-se da Lei nº3/84, de 24 de Março, no entanto, pouco ou nada se tem feito nesse âmbito na nossa Região.

Se este instrumento existe há tantos anos, se os problemas relacionados com a ignorância sexual são cada vez mais vastos e graves - e lembremo-nos da Sida e das gravidezes indesejáveis e as gravidezes em adolescentes - porque tardamos em ajudar o desenvolvimento psico-sexual das pessoas? Porque continuamos a ignorar os grandes desafios educacionais deste fim de século? Porque continuamos a “castrar” os seres humanos logo à nascença, ao ignorarmos a importância da sexualidade no seu desenvolvimento? Porque não incentivamos a educação para o equilíbrio, para a saúde, e para a diferença?

Porque não assumimos com humildade que é difícil educar do ponto de vista sexual, mas que não queremos pecar por omissão? Porque não olhamos para as crianças que nos rodeiam e não respeitamos os seus mais elementares direitos?

É sabido que aos pais cabe o dever da educação geral dos seus filhos, mas ao Estado caberá a obrigação do papel supletivo ou complementar sempre que se trate de matérias específicas que englobem conhecimentos que a população em geral não domina ou tenha dificuldades em transmitir.

É neste contexto que se pode ler no nº1 do artº 1º da Lei nº3/84, de 24 de Março, - “ O Estado garante o **direito** à educação sexual como componente do direito fundamental à educação”, e no nº1 do artº 2º da mesma Lei - “ O dever fundamental de proteger a família e o desempenho da incumbência de cooperar com os pais na educação dos filhos cometem ao Estado a garantia da educação sexual dos jovens através da escola, das organizações sanitárias e dos meios de comunicação social”.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se, como já referimos, os Abusos Sexuais de crianças e adolescentes são uma realidade antiga com uma visibilidade e preocupação agudizadas nos nossos dias, que podem atingir qualquer família independentemente da classe social a que pertença, país ou região - e nos Açores vive-se já preocupações relativas a essas situações - , porque, então, não se lançam mãos aos instrumentos que temos e não agimos? Ou será que nesta Região ainda se acredita que a ignorância sexual é a mãe de todas as virtudes e substrato dos bons costumes?

Que amarras são estas que nos levam a ter ainda comportamentos repressivos vitorianos, relativamente à sexualidade, numa época em que estamos a uns passos de virmos a sofrer “mutações” impossíveis de se imaginar, relativas a questões fundamentais da vida do ser humano, através da engenharia genética?

Para mim, Sr^{as} e Srs. deputados, implementar uma educação sexual formal, é o único instrumento que temos para ensinar as nossas crianças a lidar com as situações de abusos sexuais, tais como a pedofilia, incesto e outras, porque é essa a única via que temos de as ensinar a reconhecê-las e a evitá-las.

Ignorá-lo, deverá fazer parte do passado histórico recente desta Região, quando sobre essas matérias e outras relacionadas com a sexualidade era exercido um zelo excessivo que cortava pelo raiz qualquer iniciativa mais profunda e abrangente como estas que propomos.

Tenho dito!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa para uma intervenção.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito embora tenha causado alguma estranheza nos meios políticos e nos meios jornalísticos, o silêncio do Partido Popular nessa matéria, tinha prometido a mim mesmo que não viria a esta tribuna nem tão pouco me levantaria da bancada onde habitualmente me sento para falar da alteração orgânica que o Governo se propõe fazer.

Contudo, as coisas alteraram-se, de tal forma nas últimas 24 horas, que não posso de forma alguma deixar de responder aos insistentes apelos da minha própria consciência e não posso deixar de tecer breves, muito breves, considerações que considero de relevante interesse específico para a Região.

Na verdade, quando ontem comecei a ouvir as intervenções nesta Câmara proferidas acerca do assunto da nova Secretaria e do novo Secretário, fiquei deveras absorto pois, na realidade aqui não se devia ter discutido o problema da escolha do nome ou do gabinete, mas sim a legitimidade política do acto e com o enquadramento legal do mesmo. Disso falou-se apenas ao de leve.

Se é facto que infelizmente muitas vezes vemos nesta Casa os assuntos tratados pela rama;

Se é facto que muitas vezes vemos aqui tratados assuntos que apenas são do âmbito das respectivas assembleias municipais;

Também constitui facto que, quando assim é, os assuntos são rapidamente esquecidos.

No caso em apreço não foi bem assim, as estruturas locais dos dois partidos mais votados não se fizeram esperar e aí estão as tomadas de posição públicas. Mas sempre sobre aquilo que não interessa.

Como já aqui foi dito pelo Sr. Deputado António Meneses, o Partido Socialista da Terceira não tardou a cobrar a César o preço da conquista da Câmara de Angra e com certeza o Sr. Deputado sabe como se faziam as coisas no tempo do PSD. Em suma, as escolas mais uma vez se confundem e a ira expressa-se e vem ao de cima porque, **estes estão a fazer o mesmo que faziam aqueles.**

Tudo isto se confirma quando o meu amigo Deputado Joaquim Vasconcelos Ponte, em nome do PSD da Terceira, diz que sim que a Terceira quer mais uma Secretaria, muito embora não seja esta que o Partido Socialista quer.

Não contentes com tudo isto, e ao verem escorregar por entre os dedos a hipótese de um novo poder sediado na cidade património mundial, as estruturas locais do Partido Socialista, pela boca do seu responsável máximo, o super edil Sérgio Ávila, íntimo amigo do candidato a poderoso e Secretário Regional, vem pedir o silêncio dos Socialistas das outras Ilhas.

Socialistas estes que até aqui tinham estado caladinhos, deixando para o sacrificado Secretário das Finanças as justificações, já que César aproveitou o período de convulsão interna e externa que paira nos Açores com a conjugação de três factores de desestabilização, a saber:

- A grande derrota eleitoral do Partido Socialista nas Autárquicas;
- O relatório do Sr. Provedor de Justiça sobre a actuação do Serviço Regional de Protecção Civil;
- E a criação de uma nova Secretaria Regional.

César aproveitou, dizíamos nós, para, à laia de avestruz, "enfiar a cabeça na areia", ou melhor "as varizes ao cirurgião" e ficar calmamente em convalescença em casa de um amigo.

Enquanto isto, o Secretariado do Partido Socialista no Faial, com certeza reunido de emergência, comunica à Região que não se importa com a instalação da Secretaria em qualquer uma das outras ilhas, mas que faz todo o sentido que a dita seja aqui sediada, bem como faz todo o sentido que o Sr. Presidente da Assembleia resida aqui, e também o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, mas que o mais importante é que os assuntos do Faial sejam resolvidos.

Certamente saberão que é, por acaso (e só por acaso!) o Partido Socialista que governa os destinos da Cidade da Horta há já alguns anos e certamente saberão que o Governo Regional é suportado pelo Partido Socialista cujo líder parlamentar é do Faial.

De quem será então a culpa do atraso que dizem estar o Faial a viver? Será do Ex-presidente do Governo Alberto Romão Madruga da Costa...? Não sei!

No meio de tanto bairrismo e de tanta questão de somenos importância, restam as dúvidas.

Restam as dúvidas sobre a legitimidade política, já que a proposta de orgânica viola o discurso pré-eleitoral e o programa de Governo!

Restam as dúvidas sobre a própria legalidade do acto.

E por falar em legalidade e já que também eu caí na tentação de aligeirar o discurso, não posso deixar de reflectir sobre o facto de, em tempos, este Partido Socialista ter pedido a demissão do Governo e a cabeça de Mota Amaral, pelo facto de Américo Viveiros estar pronunciado pelo tribunal de São Roque do Pico, e agora vir nomear, distraidamente ou não, um indivíduo que se encontra pronunciado pelo tribunal de Angra para um lugar de Secretário Regional.

Disse. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal para esclarecimentos.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ouvi com atenção a intervenção do Sr. Deputado do Partido Popular que fez algumas referências que naturalmente são da sua responsabilidade e tentou também criticar as estruturas locais dos partidos mais votados. Esqueceu-se certamente que o seu partido concretamente na Ilha do Faial por acaso não é dos mais votados, mas que tomou igualmente uma posição sobre esta matéria.

Eu tenho aqui, Sr. Presidente e Srs. Deputados, um excerto de um jornal local que se me é permitido, vou passar a ler. Tem o seguinte título:

"PP quer turismo de volta"

"A Comissão Política Regional do PP que esteve reunida na noite de Sexta-Feira, também não concorda com a criação de uma Secretaria Regional da Administração Pública e Assuntos Parlamentares na Ilha Terceira.

Segundo a explicação de Luis Freitas, Presidente dos populares faialenses, a existência de um departamento governamental ligado aos Assuntos Parlamentares, só teria sentido se fosse criado no Faial, onde está sediada a Assembleia Legislativa Regional.

Mesmo assim, a Comissão Política do Faial do PP não demonstraria o seu repúdio por esta decisão, se o executivo de Carlos César fizesse regressar ao Faial a Secretaria Regional do Turismo e Ambiente - um repto lançado pelos populares que esperam que o executivo açoriano tenha o bom senso de tomar esta medida para que o Faial não perca importância no contexto regional" - fim de citação.

E assim termino a minha intervenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de informar o Sr. Deputado Nuno Barata, porque toda a gente que está neste Parlamento - uns mais do que outros - sabe que o Sr. Presidente do Governo, ao longo de 20 anos, nunca precisou de "meter a cabeça na areia" fosse para o que fosse.

O que se passa concretamente em relação à operação cirúrgica a que ele esteve submetido, é que ela já estava marcada há muito tempo.

Portanto, eu considero inaceitáveis as observações feitas no sentido de insinuar que o Sr. Presidente do Governo teria supostamente escolhido este ou qualquer período, para se escusar a qualquer debate parlamentar.

Toda a gente sabe que essa nunca foi a postura do Sr. Presidente do Governo, portanto nós protestamos, veementemente, contra esse tipo de afirmações.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

Deputado Joaquim Ponte (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida que me é suscitada pela intervenção do Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa, para apenas fazer dois reparos.

O primeiro deles é que não subscrevo nem concordo com a sua intervenção, naquilo que diz respeito à comparação das escolas políticas entre o Partido Social Democrata, que eu aqui também represento, e as escolas e as práticas políticas do Partido Socialista. São coisas substancialmente diferentes. E gostaria de dizer-lhe que assisti e participei activamente nesta campanha eleitoral para as Eleições Autárquicas e vi acontecerem situações que nunca observei no tempo em que o PSD foi governo.

Para ilustrar com toda a clareza aquilo que acabo de afirmar, poder-lhe-ia apenas dar um exemplo, para que o Sr. Deputado Nuno Barata me confirme ou não, se alguma vez durante os 20 anos de administração do PSD, observou funcionários da Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas em freguesias onde os autarcas responsáveis pelas respectivas juntas eram membros do Partido Socialista, e quando abordados, diziam-nos "eu fui destacado pela Secretaria para o serviço da junta" e a 3 dias das eleições, Sr. Deputado, andavam de bloco na mão, batendo de porta em porta, a perguntar às pessoas se elas precisavam de cimento, de areia, de tintas, blocos, ou alguma outra coisa que fosse necessária para melhorar a sua habitação!

Fui eu que abordei este funcionário, Sr. Deputado!

Foi comigo que ele falou e ele é que me disse isto, perante pessoas que ali estavam presentes!

Espero que a Comissão de Inquérito que vai ser criada por esta Assembleia para observar este tipo de situações, tenha possibilidade de averiguar estas coisas que ocorreram na realidade, mas que certamente não serão do conhecimento do Sr. Secretário, porém serão com certeza do conhecimento dos seus serviços e, por isso, antecipadamente, até lhe peço - aproveitando esta intervenção - que mande averiguar o que é que se passou na Freguesia de S. Mateus, Concelho de Angra do Heroísmo?

Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa, gostaria de dizer-lhe em jeito de esclarecimento, porque certamente não ouviu com toda a atenção a notícia e as

minhas declarações na rádio, relativamente à criação de uma Secretaria na Ilha Terceira, o seguinte: o que eu disse foi que estou de acordo com a criação de mais uma Secretaria na Ilha Terceira, porque a criação da mesma não será nenhuma prenda para esta ilha. A criação desta Secretaria corresponde apenas a uma reposição, em termos de representação política e de governação naquela ilha, daquilo que existia quando o Partido Socialista foi para o Governo.

Quando o Partido Socialista passou a ser Governo, existiam duas Secretarias Regionais na Terceira. E o PS, propondo a redução das Secretarias Regionais, mantendo os departamentos que existiam em S. Miguel, acabou com uma Secretaria na Ilha Terceira e com outra na Ilha do Faial.

Portanto, regozijo-me agora, por ver reposto na Ilha Terceira, em termos de departamentos governativos, o peso político que ela tinha anteriormente.

Foi isso que eu disse e repito aqui, ou seja, o que existe é uma cópia daquilo que existia, só que mal copiado.

Na nossa perspectiva, e se a intenção é servir melhor o Povo dos Açores e o Povo da Ilha Terceira, era preferível que tivessem desdobrado uma aberração deste Governo que é a Secretaria da Educação e Assuntos Sociais, em vez de criarem uma Secretaria política.

Muito obrigado Sr. Presidente, pela sua compreensão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Eugénio Leal:

Na verdade, não fomos nós que fizemos bandeira disso.

É um facto a notícia que o Sr. Deputado acabou de ler, pois ainda há pouco eu próprio a li também.

Mesmo assim, não altero o conteúdo da minha intervenção, porque o que eu quis frisar - e admito alguma dificuldade de comunicação, só que ela é feita nos dois sentidos, para quem tenta dizer e para quem tenta ouvir, e alguns só querem ouvir de determinada maneira e outros só querem dizer de outra - que não alinhio em bairrismos e que o Período de Antes da Ordem do Dia é para

tratamento de matérias de interesse regional, não é para matérias de interesse local.

Quanto à atitude de "meter a cabeça na areia" do Sr. Presidente do Governo, Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, permita-me que lhe diga o seguinte: se o Sr. Presidente do Governo fizesse questão de estar aqui nesta Casa, esta semana, a discutir connosco assuntos de grande interesse para a nossa Região, certamente que o Sr. Dr. Ricardo Lima poderia ter adiado para uma semana mais tarde uma intervenção cirúrgica de tão leve cariz.

Com certeza "deu muito" jeito ao Sr. Presidente do Governo não estar aqui presente durante estes dias.

Sr. Deputado Joaquim Ponte: as suas preocupações sobre o acto eleitoral e a advertência que fez, certamente não eram para mim. Espero que elas sejam respondidas, como disse, e muito bem, no âmbito da Comissão de Inquérito que está constituída precisamente para averiguar das irregularidades na formação de listas mas que poder-se-á sempre alargar o seu objecto.

Em relação à sua intenção de desmantelar uma Secretaria e pô-la em duas para o seu melhor funcionamento, devo dizer que essa é a sua opinião. A minha é naturalmente diferente.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos para prestar um esclarecimento.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Joaquim Ponte fez uma acusação grave que vai merecer o encaminhamento que essas coisas devem merecer e que outras estão a merecer e que toda a gente conhece. Aliás, naturalmente essa é a única postura que um responsável político da Região pode e deve ter. Nem é preciso constituir uma comissão de inquérito para isso, porque logo que tomo conhecimento de situações dessas, independentemente dos partidos que estejam ou não envolvidos, porque também tenho em curso outras situações de funcionários que assumindo funções na Secretaria, fizeram exactamente o mesmo para o

vosso partido, portanto essas situações, no âmbito da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, para mim, infelizmente, não são nenhuma novidade, como não o são outras do passado.

Por isso, relativamente a essa matéria, não tenham dúvidas que enquanto eu for responsável por esta Secretaria, ela será tratada com o mesmo rigor e com a mesma determinação.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra e a tribuna, para uma intervenção, o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Desde sempre defendemos a necessidade dos Açorianos, de todos os açorianos, usufruírem do direito de poderem captar dois canais públicos de Televisão. Hoje não vamos recordar debates passados nesta Assembleia sobre a matéria; tão somente pretendemos chamar a atenção para alguns aspectos da programação da RTP-Açores, que se se compreende, em parte, onde os cidadãos já têm a possibilidade de optarem livremente pela RTP-A ou pelo Canal 1 da RTP, mas que não compreendemos onde, como nas Ilhas Flores e Corvo, apenas continuamos a poder captar a RTP/Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo

O primeiro aspecto que pretendo salientar é a necessidade de ser implementada, com urgência, a cobertura integral das Ilhas do Grupo Ocidental pelo Canal 1 da RTP. Em nosso entender esta é matéria que deve merecer a atenção e o empenho do Governo Regional, pois o que está em causa é um direito das populações de duas Ilhas, e o respeito pelos seus direitos obriga a que se exija que essas populações sejam tratadas de igual modo como já são algumas populações de outras ilhas. É urgente que o sinal do Canal 1 da RTP chegue às Flores e ao Corvo nas melhores condições.

O outro aspecto que gostaria de referir tem a ver com a própria programação da RTP-A e aí, julgo que como cidadão atento e responsável, tenho o direito de emitir a minha própria opinião, e é tão somente essa que pretendo aqui deixar.

Para aqueles que podem escolher entre a RTP - 1 e a RTP- A até é possível que a actual programação seja aceite ou passe despercebida, mas para quem continua a ter apenas a emissão da RTP-A e tinha-se acostumado a determinada grelha de programação, ficou descontente com as últimas alterações verificadas. Julgamos que a programação de qualquer emissora pública deve obedecer a diversos critérios e de entre eles é fundamental ter-se em conta o “público alvo a atingir” e em relação à nossa estação, que ainda é a única nalgumas Ilhas, o público alvo é a totalidade da população residente nessas Ilhas, por isso mesmo, os períodos de maior audiência têm de ser contemplados com programas aceites e desejados exactamente pela totalidade da população.

Outro critério importante a ter presente será, sem dúvida, o conciliar a programação que a estação deseja ter e o desejo daqueles a quem essa programação se destina. Para isso é fundamental que os responsáveis possam ter conhecimento do modo como o seu auditório reage à própria programação.

É fundamental que a RTP/A possa ter a percepção, o mais exacta possível, do modo como reagem os consumidores das suas emissões. E, mais uma vez, há que ter muita atenção para aqueles que apenas podem usufruir daquela estação televisiva.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo

Esta matéria, aliciante por um lado, polémica por outro, hoje de reconhecida importância para a sociedade em que vivemos, poderia ser desenvolvida e sobre ela poderíamos fazer um nunca mais acabar de considerações.

Não foi essa a nossa intenção. A nossa preocupação tem a ver com o conceito que temos de que a RTP/Açores é imprescindível para esta Região Autónoma. Poder-se-á mesmo dizer que a emissora televisiva própria da Região é também ela um dos sinais da Autonomia Regional. Por outro lado, a RTP/Açores tem de pugnar, ela própria, para ter um auditório suficientemente grande que justifique a sua existência, de modo a que ninguém, com razão, possa pôr em causa a necessidade e a imprescindibilidade do canal regional da RTP. Finalmente entendemos que o facto de existirem outros canais, públicos e ou privados, de televisão, na Região, nunca poderão substituir o canal televisivo regional. Mas,

para isso, a própria RTP-Açores tem o dever de tudo fazer, no sentido de cumprir o seu papel de unir as diversas parcelas da Região, de ser ela própria de toda a Região, divulgando de igual modo as nove ilhas, mas não pode, nem deve descurar a necessidade de informação, de formação e de entretenimento que tem o dever de levar a todos os lares açorianos que pretendam continuar com a sua companhia.

Disse.

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado José Francisco Fernandes.

Deputado José Francisco Fernandes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Ilha das Flores e as suas gentes foram, recentemente, motivo de reportagem no Canal 1 da R.T.P.

Naturalmente que os florentinos ficaram satisfeitos, por verem que a sua terra teve honra de abertura em alguns Telejornais nacionais e agradecem a publicidade a esta "pérola" do Atlântico tantas vezes esquecida e marginalizada pela Comunicação Social, nomeadamente pela R.T.P./Açores.

Como todos se recordam, refiro-me às peças transmitidas pelo Canal 1 da R.T.P., aquando da Campanha Eleitoral para as Autárquicas de Dezembro último.

A Ilha e o Povo das Flores foram rotulada, pelas previsões eleitorais então efectuadas e transmitidas a todo o País, como sendo um feudo "vermelho" onde o Partido Comunista, através da Coligação CDU, tudo e a todos ganhava no acto eleitoral que se avizinhava.

Os Florentinos, como sempre, ajuizaram dos motivos de tais previsões e rapidamente concluíram que quem as elaborou e produziu desconhecia a realidade política da nossa terra, ou então as referidas peças inseriam-se num processo mais vasto no sentido de desacreditar o PSD e desencorajar os seus candidatos, militantes e simpatizantes envolvidos no processo eleitoral.

Parece-me ser a segunda hipótese que esteve na base de tudo o que se disse e escreveu acerca das autárquicas e respectivos resultados na Ilha das Flores.

Ficamos a saber que muita gente nesta Região e também no País tem memória curta, ou então não quiseram fazer uma leitura objectiva dos resultados obtidos nos diferentes actos eleitorais na Ilha das Flores.

É que, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Povo das Flores não brinca com coisas sérias e muito menos admite que outros o façam.

O Povo das Flores está politicamente vacinado contra o vírus maligno que dá pelo nome de "vira casacas"

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador:... e que num passado muito recente vitimou o seu pioneiro que o havia introduzido na vida política da nossa Ilha, mais concretamente, no Partido Social Democrata.

Pensávamos e pensamos que na vida política, aliás como no resto, os maus exemplos são para rejeitar e os bons para aproveitar e servir para prevenir o futuro.

No entanto, não foi assim e pelos vistos nas Flores ainda restam vestígios desse "mal político", tão duramente repudiado pelo Povo, e uma vez mais reafirmado nas urnas no dia 14 de Dezembro.

Ultrapassadas as naturais dificuldades que o PSD/Açores experimentou depois das últimas eleições legislativas, e pelo facto de ter sido um Partido de poder ao longo de 20 anos consecutivos, eis que a dinâmica partidária, a vitalidade dos nossos candidatos e a clareza das nossas propostas políticas, mereceram a confiança da maioria dos florentinos e dos açorianos.

Para aqueles que julgavam que o PSD era um Partido sem liderança e fragilizado pelos últimos resultados eleitorais a resposta está aí.

A "Ocidente" e contra as vozes dos "Velhos do Restelo", o PSD renovou-se, modernizou-se e foi ao encontro das pessoas, com candidatos e propostas credíveis, honestas e realistas e àqueles que desrespeitando os mais elementares princípios políticos e éticos, o povo respondeu com o seu voto, dando maioritariamente confiança aos candidatos propostos pelo Partido Social Democrata.

Não embalamos num espírito de vitórias fáceis, nem tão pouco procedemos como se tudo estivesse ganho antecipadamente.

Trabalhamos com confiança e com serenidade. Somos um Partido responsável, democrático e por isso mesmo aceitamos sempre os resultados eleitorais, fruto da vontade popular, mas também rejeitamos que esses mesmos resultados possam servir para interesses e vaidades pessoais.

Politicamente, os Concelhos da Ilha das Flores mantêm a cor partidária, embora os Sociais-Democratas eleitos sejam fruto da renovação do PSD que em boa hora soube efectuar esta mudança, que serviu também para dar merecido descanso a dois autarcas que tinham ganho o estatuto de antiguidade no poder local.

Aproveito para desta tribuna, cumprimentar e desejar a todos os eleitos da Ilha das Flores e da Região um bom trabalho, sempre em benefício do Povo e do desenvolvimento económico e social da Região Autónoma dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Estas eleições serviram também para politicamente demarcar e clarificar posições que se adivinhavam que, por força do último acto eleitoral, vieram à luz do dia.

Não temos complexos anti-comunistas, o que é facto é que o Povo das Flores muitas vezes comeu "gato por lebre" e acreditou que elegendo um Deputado Comunista, isolado na Assembleia Legislativa Regional, numa bancada onde o microfone aceita tudo o que se queira dizer, podia resolver os problemas da nossa terra. Acreditamos na inteligência da nossa gente que uma vez mais se manifestou no local próprio que é o exercício consciente manifestado pelo secretismo do voto.

Na Ilha das Flores há falta de vozes para denunciar os perigos que a nossa pequenez representa no contexto Regional e a tacanhez de mentalidade que quase sempre ocorre em tempo de "luta" partidária.

Estas eleições autárquicas mostraram que a luta pelo poder na Ilha das Flores fez esquecer alguns princípios que a democracia dita.

Porém, o PSD com honestidade, trabalho e acima de tudo dignidade política, soube transmitir a sua mensagem e recebeu uma vez mais a confiança política para cumprir a sua missão que é tão somente a todos servir.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para prestar esclarecimentos.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Perante o arrazoado do Sr. Deputado José Francisco Fernandes, logicamente tenho que manifestar algumas opiniões pessoais e partidárias relativamente a esta matéria.

O primeiro aspecto a salientar é que o Sr. Deputado põe em causa a minha presença nesta Casa, como deputado regional.

Eu devo dizer-lhe que valho aquilo que valho.

Deputado João Cunha (PSD): Ele não disse isso, Sr. Deputado.

O Orador: No entanto, Sr. Deputado, vamos procurar analisar com clareza as situações.

Em relação aos "vira-casacas", o Sr. Deputado tenha calma!

Da minha parte, sou militante do PCP há muitos anos. Vou continuar a sê-lo, porque efectivamente acredito num projecto, acredito numa ideologia e tenho uma luta de muitos anos.

Relativamente a algumas pessoas que ontem estavam no seu partido e que neste momento estiveram como independentes com a CDU, pensamos nós que só ficamos a ganhar com isso, porque aqueles que os senhores promoveram a cargos importantes nas autarquias locais, alguns deles continuam hoje com os mesmos cargos. Exactamente, porque foram reconhecidos e porque foram votados e eleitos.

Ainda em relação aos "vira-casacas", Sr. Deputado, é bom que olhe para dentro do seu partido e veja lá se não recebeu alguns. Eu não sei bem, mas o Sr. talvez saiba. E de uma maneira geral, é provável que os activistas políticos dos últimos anos também saibam.

No que diz respeito àquilo que a televisão diz ou faz, o problema é dela e dos seus jornalistas.

Nós, PCP e CDU, nada temos a ver com o assunto, pois o problema é deles.

No entanto, existe uma realidade, ou seja, os candidatos da CDU que durante a campanha eleitoral "deram a cara" na comunicação social, quer na rádio, quer na televisão ou quer nos jornais, deram boa conta de si. Esta é a realidade.

O Sr. Deputado pode ter grandes problemas em aceitar isso, mas é um facto. Aliás, os comentários sobre eles e da sua prestação em toda a comunicação social foram nesse sentido.

Há um outro aspecto de que o Sr. Deputado fala, repetindo aliás uma coisa que já tinha feito durante a campanha eleitoral, bem como alguns colegas seus, ou seja, disseram publicamente - e nós temos provas disso - que queriam acabar com os comunistas nas Flores.

O Sr. Deputado aqui foi mais comedido, mas na campanha disse isso claramente. Só que eu não sei como é que o Sr. quer acabar com os comunistas. Será fisicamente? - é uma interrogação que eu ponho.

(Risos da bancada do PSD)

Isto não é novidade, aliás, porque todos nós sabemos o que foram as lutas dos comunistas nesta Região, promovidas pelo PSD e pelo seu braço armado a FLA, em relação à expulsão de muitos camaradas meus nos anos de 1975/76.

Portanto, será que V. Ex^a. tem aspirações em ressuscitar isso nas Flores...?

É uma chamada de atenção que eu aqui faço para todo o povo açoriano e para todo o povo português, porque de facto nós estamos atentos a esse tipo de afirmações, porém não as recebemos, porque a nossa luta é uma luta que o Sr. Deputado dificilmente compreenderá e é uma luta que se vai manter, que vai

continuar, é uma luta ao lado dos mais humildes, daqueles que mais necessidades têm, é uma luta em prol dos mais desfavorecidos.

Essa luta vai continuar nas Flores, vai continuar em toda a Região Autónoma dos Açores e vai continuar no país a que pertencemos.

Presidente: Sr. Deputado, informo-o que já esgotou o seu tempo.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente, já termino.

Em relação às pressões, o Sr. Deputado não me faça rir, mas isso é um assunto para a tal Comissão de Inquérito.

Nós temos de facto que averiguar como é que foram distribuídos os dinheiros para a habitação degradada. Temos que averiguar sobre as atitudes de alguns elementos de juntas de freguesia que andaram a perguntar em diversas habitações se era necessário tintas, ou materiais de construção.

Enfim, são assuntos que nós temos que averiguar e espero que a Comissão de Inquérito já constituída venha a fazê-lo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses para esclarecimentos.

Deputado António Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu queria aqui dizer e fazer justiça ao meu colega José Francisco Fernandes, de que não são justos os reparos do Sr. Deputado Paulo Valadão quando diz que se pretende, com o discurso que foi feito, fazer renascer episódios de há 20 anos atrás.

O Sr. Deputado José Francisco Fernandes teve o cuidado de dizer que da parte dele ou das estruturas do PSD nas Flores, não há qualquer preconceito em relação ao Partido Comunista.

Porém, uma coisa é verdade: havia uma forte corrente na opinião pública e veiculada na comunicação social, não só regional como nacional, que fez destacar correspondentes em grande número para as Flores, a fim de fazerem a cobertura daquilo que era o "grande facto" mediático que se esperava, isto é, as Flores ser a "ilha vermelha" dos Açores.

É evidente que eu percebo a desilusão que o PCP possa ter neste momento devido aos resultados eleitorais ficarem muito abaixo das suas expectativas que pensava, e dava quase como garantida, a vitória em St^a. Cruz e possivelmente nas Lajes.

É natural que o PCP tenha um grande desgosto por esses resultados não terem acontecido, como também parece que é perfeitamente natural que o meu colega e Deputado José Francisco do PSD, fique muito contente e rejubile, pelo facto do Partido Social Democrata, contra todas as opiniões e contra todas as previsões, ter ganho da forma como ganhou as eleições nas Flores.

Por outro lado, o Povo das Flores deu um grande sinal de maturidade, primeiro porque não é influenciável, mesmo pelos media, e em segundo lugar, porque penalizou claramente todos aqueles políticos de nível local nas Flores que, de uma forma arrogante, se julgavam senhores e detentores do poder e que podiam mudar de casaca, podiam mudar de partido, que o povo iria sempre votar com eles.

O Povo das Flores penalizou também este tipo de políticos que existe em vários lugares e que existia naquela ilha de uma forma muito descarada.

Por consequência, eu penso que é natural e normal a intervenção do Deputado José Francisco e também percebo, como naturais, os reparos do Sr. Deputado Paulo Valadão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Francisco Fernandes.

Deputado José Francisco Fernandes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Não me admira nada que o Sr. esteja assim irado contra mim.

Nas eleições que fomos eleitos, os nossos carros encontraram-se vezes sem conta e o Sr. dizia-me: "Ó José nunca se diz o Paulo está eleito!" ou "Vota no Paulo se não quiseres votar em mim!".

Só que desta vez isso não aconteceu, Sr. Dr.!

(Risos da bancada do PSD)

O Sr. Deputado até deixou de levantar a mão ao José Francisco, talvez por ser um vaqueiro, mas tem a vida organizada como qualquer um cidadão.

Talvez foi pelo José Francisco desta vez não ter dito "vota no Paulo Valadão se não quiseres votar em mim" - o que na altura foi um engano meu na altura.

Acho que este não é lugar indicado para se "lavar roupa suja", porque eu estou ganhando muito para estar a lavar roupa suja consigo!

Vamos esperar para daqui a 3 anos, eu cá estarei para isso!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Valadão, chamava-lhe a atenção para o facto de que tem 30 segundos do tempo inicial. Pode é pedir a prorrogação se quiser.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Exactamente Sr. Presidente. Peço desde já a prorrogação.

Presidente: Então tem a palavra e entramos no período de prorrogação.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu começo por responder às questões postas pelo Sr. Deputado José Francisco Fernandes.

Em primeiro lugar, toda a gente sabe que eu não tenho nada contra si ou seja quem for em questões políticas. Defendo um ideal político, luto por ele e vou continuar a lutar, tão somente isso.

Porém, quando as pessoas transferem a actividade política para as suas vidas pessoais e para os seus problemas, é lá com eles, só que comigo isso não se passará.

Em segundo lugar, eu pessoalmente, nestas eleições autárquicas era segundo candidato de uma lista que até teve 4 eleitos, portanto eu não estava directamente empenhado como figura principal nestas eleições. Eu era nº2 de uma lista. Por sinal, fiquei bastante satisfeito porque os elementos da assembleia municipal dessa lista a que eu pertencia, tenham eleito o cabeça de

lista da CDU para presidente da assembleia municipal, numa eleição democrática, maioritária e por isso congratulo-me com esse facto.

Deputado José Francisco Fernandes (PSD): É, mas vai ser por pouco tempo!

O Orador: Como é que pode ser por pouco tempo, Sr. Deputado?

Ele está eleito e é presidente da assembleia municipal.

Deputado José Francisco Fernandes (PSD): Veremos!

O Orador: Em relação à intervenção do Sr. Deputado António Meneses, eu devo dizer-lhe que fazer política com arrogância, não é para mim, por isso estamos conversados. Nunca o fiz e não o farei.

Se me quis atingir sob esse aspecto, perdeu totalmente o seu tempo, porque a arrogância não faz parte da minha maneira de ser, nunca foi essa a minha postura nem será. Pode o Sr. dizer tudo o que disser, porque continuarei a utilizar os mesmos conceitos que tenho.

Se há alguém na CDU que tem uma postura de arrogância, eu lamento muito, porque de facto se o são não estão de acordo com aquilo que eu gostaria que estivessem. No entanto, não conheço essas características de arrogância no meio onde luto.

Relativamente às altas expectativas da CDU, eu devo dizer que o Sr. Deputado está enganado, ou não leu os resultados. E note o seguinte:

A CDU nas eleições autárquicas nas Flores, nunca conseguiu o "score" eleitoral que conseguiu desta vez. É, indubitavelmente, a segunda força política na ilha, em termos autárquicos. Pela primeira vez na nossa Região tem 2 vereadores, cujos cargos são neste momento exercidos por 2 militantes do PCP há mais de dúzia e meia de anos, ao contrário dos "vira-casacas" referidos pelo Sr. Deputado José Francisco Fernandes.

Por outro lado, em relação por exemplo às vereações de câmara, pela primeira vez nesta Região, nós ultrapassámos o número de 1 vereador, porque nunca tínhamos tido mais do que isso.

Tudo isto, leva-nos a considerar que o resultado conseguido nas Flores para nós foi positivo.

É bom que se recorde que o PSD em St^a. Cruz, embora tenha ganho as eleições, ganhou em minoria, porque tem 2 vereadores, quando há 4 anos tinha 4 vereadores - é bom que isto se diga - pois é uma situação muito complicada e apesar desse vosso ganho tangencial, há uma realidade complexa que - quanto a mim - seria bom que o Sr. Deputado aconselhasse os seus companheiros das Flores a terem alguma humildade quando lerem os resultados eleitorais, para poderem chegar ao fim com o mandato a que se propuseram para 4 anos!

Deputado António Meneses (PSD): Isso é alguma ameaça, Sr. Deputado?!

O Orador: Não, não é nenhuma ameaça. É apenas um conselho para a boa gestão autárquica da minha ilha.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Só para repor aqui alguma correcção, porque para os Srs. Deputados menos atentos, poderá ficar a ideia de que em St^a. Cruz das Flores só há "laranjas" e comunistas!

(Risos da bancada do PSD e do Deputado Nuno Almeida e Sousa)

Ora bem, a realidade é bem diferente.

Como estive muito atento à intervenção do Sr. Deputado José Francisco Fernandes, permitam-me que vos diga que quando ele refere que o Concelho de St^a. Cruz mantém a cor partidária, eu compreendo que parte disso foi agora já esclarecido com parte final da intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão, mas deixe-me concluir - e acho que todos estão de acordo - que a grande novidade política das eleições autárquicas daquele concelho, foi efectivamente o segundo lugar obtido pelo Partido Popular - e eu estava preocupado, porque ao fim de quase meia hora de discussão sobre as eleições em St^a. Cruz, era indispensável introduzir esta realidade - e na realidade o PSD manteve a Presidência da Câmara, mas teve a sua descida mais significativa precisamente ali.

Sr. Deputado José Francisco: essa matéria dos números também alguma coisa que se lhe diga.

Na verdade, além da perda da Câmara de Angra, St^a. Cruz ficou por um fio. E quem estava do outro lado do fio era o Partido Popular.

E aí concordo consigo: é que enquanto muita gente pensava que a disputa seria entre outras forças políticas, foi efectivamente o Partido Popular que, na prática, discutiu a Câmara de St^a. Cruz com o Partido Social Democrata.

Efectivamente, temos tantos vereadores como o PSD e na Assembleia Municipal, como o Deputado Paulo Valadão muito bem disse, o Partido Social Democrata tem 6 elementos eleitos, o Partido Popular tem 4, o PCP tem 4 e o Partido Socialista tem 1.

Portanto, a realidade político-partidária daquele concelho, que era dos concelhos hegemonicamente mais significativos para o PSD, se excluirmos as situações típicas de S. Jorge, de facto deu uma volta muito grande. E na minha óptica deu uma boa volta - como certamente se compreende.

Portanto, era um pouco esta a correcção que queria aqui deixar, porque de facto faz justiça e completa o quadro eleitoral da últimas autárquicas no Concelho de St^a. Cruz das Flores que, para além de manter um Presidente de Câmara social-democrata, efectivamente tem uma presença muito forte do Partido Popular.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

Deputado António Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não acusei de maneira nenhuma o Sr. Deputado Paulo Valadão de arrogante. O que eu disse, e quando disse arrogância, referi-me às más aquisições que a CDU fez e que militaram nas listas do PSD.

Em termos futebolísticos, poderei dizer que a CDU quis contratar pontas-de-lança com 40 anos e já com muitas mazelas nas rótulas dos joelhos!

(Risos da bancada do PSD)

Era a esses que eu me referia quando falei em arrogância.

Quanto à questão das eleições, é evidente que o início de cada eleição é como uma corrida de atletismo, estão todos na linha de partida e ganha quem chega em primeiro lugar. E claramente o PSD ganhou as duas eleições nas Flores, porque chegou em primeiro lugar.

O PSD teve resultados ligeiramente inferiores, ou inferiores mesmo, relativamente aos que teve há 4 anos, só que todas as previsões eram de que ia levar uma grande derrota, até porque tinha havido defecções do PSD para as listas dos partidos de oposição.

Por isso, todo o ambiente, desde a opinião pública local até à regional, era contrária e todos quase que faziam apostas no sentido de que o PSD ia perder as eleições nas Flores.

O PSD acabou por ganhar as eleições e o Povo das Flores, como eu disse, deu uma clara lição de que apostou na renovação, de que não concorda com "vira-casacas" e com pessoas que, pelo uso dos anos, se tornam arrogantes. É natural que o Deputado José Francisco Fernandes tenha manifestado aqui a sua satisfação e alegria, com a qual também comungo, como é evidente.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Meneses:

As más aquisições da CDU é uma adjectivação sua, mas não é a nossa opinião.

Nós elaborámos listas e convidámos pessoas que consideramos sérias e que tiveram valor para a CDU, na medida em que se compararmos os resultados eleitorais de agora com os que tivemos há 4 anos, essas pessoas contribuíram fortemente para uma subida da CDU - esta é que é a realidade.

Se os senhores se consideraram derrotados, ou se houve alguma comunicação social que dizia que a disputa seria entre a CDU e o PSD, o problema não é meu.

Deputado António Meneses (PSD): É seu sim. O Sr. é que disse que ia ganhar as duas câmaras!

O Orador: Nós quando nos candidatamos a qualquer órgão, seja autárquico ou outro, a nossa intenção é ganhar. E é nesse sentido que nos candidatámos. Aliás, procurámos apresentar listas e programas credíveis, com o objectivo de ganhar, no entanto num sistema democrático como o nosso, pelo qual lutámos durante muitos anos, aceitamos aquilo que o povo decide.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Claro, não têm outro remédio!

O Orador: E pensamos que o grande mérito da democracia é exactamente nós sermos capazes de aceitar aquilo que o povo entende que quer.

Hoje ganharam V. Ex^{as}.. Amanhã outros ganharão.

Esta é a realidade que acontece nas eleições regionais e nas eleições autárquicas.

Por outro lado, o facto dos senhores referirem tanto os indivíduos que vieram do vosso lado para outros lados, é um problema que dá que pensar, porque de facto é certo que nestas últimas eleições houve pessoas que transitaram de todas as forças políticas. Felizmente, da CDU para outros foram muito poucos.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Eles já eram poucos.

O Orador: E mais: os poucos que se mudaram, a única coisa a que a CDU os candidatou era para as assembleias de freguesia.

Nós tivemos a possibilidade e o ensejo de termos à nossa porta pessoas que tiveram grandes responsabilidades noutros partidos, mas que nas últimas autárquicas estiveram connosco.

Isso honrou-nos muito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes para uma intervenção.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Voto que o Grupo Parlamentar do PS apresentou há pouco nesta Câmara, levantou aqui uma tempestade grave, em nossa opinião.

Assim sendo, em nome do meu grupo parlamentar, entendo que isso pode ser prejudicial para o funcionamento desta Assembleia e designadamente para o relacionamento que deve existir aqui dentro.

Srs. Deputados, não é efectivamente prática normal - e eu estou aqui a reconhecer algumas coisas que foram ditas - apresentar votos de protesto daquele teor.

Deixem-me apenas que diga que também não é prática normal aquilo que estava contido nesse Voto.

E porque este grupo parlamentar entende que é fundamental manter aqui um bom relacionamento, que é fundamental que esta Assembleia tenha de facto uma boa relação entre os partidos aqui representados, nós retiramos o Voto de Protesto que apresentámos.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas umas breves palavras para dizer que com essa atitude inteligente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista reconhece o erro que cometeu há algum tempo atrás. De facto, tratava-se de algo que na nossa opinião parecia grave.

É também com a mesma sinceridade com que fui à tribuna dizer o que pensava do Voto, que agora me levanto para reconhecer a humildade e a inteligência da atitude que foi tomada neste momento pelo Presidente do Grupo Parlamentar do PS, em nome da sua bancada.

Queria apenas acrescentar que o próprio Voto, se virem bem, até tem uma fundamentação regimental errada, mas isso seria um problema para discutir amanhã.

Já que o retira, chamo a atenção de que os artigos que são citados como sendo a base regimental para aquele Voto, não estão correctos.

Por último, quero sublinhar que o Partido Socialista, com essa atitude, não perde e que a Assembleia, pelo contrário, é que fica a ganhar.

Muito obrigado.

Voices da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas para uma intervenção.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Passado o período eleitoral autárquico e mais um ano na vida da nossa Região, penso ser altura de fazer um ponto de situação de âmbito político com ênfase na Ilha por cujo o círculo fui eleito.

No final de 1993 o PSD conseguiu retirar as três Câmaras Picoenses ao Partido Socialista.

Nas Legislativas Regionais de 1996 o resultado deste Partido no Pico, confirmou o rumo e deu mais uma vitória nesta Ilha ao PSD.

Agora, no final de 97, foi reconfirmada a confiança dos eleitores no PSD e nos seus candidatos, com uma substancial maioria e com um aumento de representatividade dos eleitos autárquicos, nomeadamente nos executivos municipais de São Roque e Lajes onde os eleitores votaram PSD numa percentagem de cerca de 70%.

Confirmado o rumo e a confiança recíproca é tempo de trabalho.

Para tal, e atendendo à importância dos Fundos Comunitários nos investimentos autárquicos, não mais podem persistir os atrasos na transferência de verbas relativas ao PEDRAA, porque só no caso das Câmaras de São Roque e Madalena, estas Câmaras aguardam cerca de 113.000 contos relativos a documentos de despesa remetidos para o Governo até Setembro de 97, montante que no momento actual ascende a cerca de 210.000 contos, asfixiando a tesouraria das Câmaras e obviando o andamento das obras.

De referir que situações desta índole podem afectar negativamente a Região no seu global pois que, na perspectiva de um novo Quadro Comunitário de Apoio, poderemos ser prejudicados por níveis de execução que não os melhores,

alertando-se aqui para um dado da maior importância económico-social para o futuro dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O povo e o seu sentido de voto mostraram também um sério cartão amarelo à acção política do PS e do seu Governo não aceitando a utilização da Administração Regional para a constituição de listas.

Por outro lado, não resultou pressionar empresas para não cumprirem os seus compromissos contratuais com Câmaras Social Democráticas no período pré eleitoral.

Não resultou também dar adiantamentos de verbas a autarquias Socialistas, enquanto Câmaras Social Democratas aguardam verbas em dívida há longo tempo.

Não resultaram ainda peças jornalísticas, inseridas nos debates autárquicos televisivos onde além do desconhecimento da nossa realidade, foi clara a intenção de denegrir o trabalho dos Autarcas Picoenses.

Os responsáveis da televisão açoriana deviam analisar a resposta do povo a estas situações, assim como deviam, de uma vez por todas, dar coerência e verdade à cobertura de acontecimentos nas várias ilhas, para que por exemplo se deixe de ver dada maior importância a um qualquer campeonato de sueca e dominó para idosos numa ilha, do que ao maior acontecimento desportivo na área do atletismo da nossa Região, como foi a Corrida de Reis, que se realizou no passado dia 18 no Pico, onde 609 atletas bateram todos os recordes de participação e onde esteve também presente a campeoníssima Fernanda Ribeiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Que se dêem grandes loas ao hospital da Horta é suportável.

Que se construam unidades de cuidados intensivos e de Hemodiálise no Hospital da Horta é também suportável, embora não tanto após a abertura do Secretário para possibilidade da implantação desta última no Pico, logo alterada após as habituais pressões.

Que tenhamos sempre os mesmos discursos técnicos para a justificação destas decisões é ainda suportável.

Porém, já não é admissível que se extinga pura e simplesmente o regime de prevenção das parteiras no Pico.

Não é admissível que tendo uma Coordenação de Ilha, este órgão não faça o devido trabalho a nível de programação de visitas de especialistas ao Pico e se encontre bloqueada a acção dos Centros de Saúde neste sentido, funcionando a Coordenação, como expediente para dar benesses ao abrigo de legislação criada em 97 e que talvez o calendário político apenas tenha permitido agora utilizar.

Não é admissível também que existindo um ecógrafo no Pico o Sr. Secretário não obrigue especialistas a efectuarem serviço nesta Ilha, permitindo às grávidas terem as suas consultas de rotina sem se deslocarem, enquanto que por directrizes do mesmo Secretário se satisfazem (e bem) as necessidades de medicina dentária em outras ilhas, precisamente com o único especialista dos Serviços de Saúde do Pico, e que tem longas listas de espera.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quase nada se fez de novo em 1997 para a utilização das verbas previstas nas calamidades para a repavimentação das estradas Regionais do Pico.

Não se sabe o que vai ser do Parque de Retém do Porto Comercial e informações fazem crer que corremos o risco de em 98 não estar ainda concluído.

Não se percebe a estratégia e as demoras relativas ao processo da protecção da orla marítima das Lages do Pico, bem como em relação ao Convento de São Pedro de Alcântara, ao Porto de São Roque ou ao Aeroporto do Pico.

A escola das Lages corre o risco de encerrar pois que, apesar da insistência na urgência de obras de reparação, nada acontece e esta estrutura não pode continuar a trabalhar nas actuais condições, e muito menos pode esperar vários anos pela existência de uma nova escola.

O ano de 98 que se espera mais calmo politicamente, servirá para dar continuidade ao extraordinário trabalho dos autarcas Picoenses, com a

confiança que uma enorme base eleitoral de apoio lhes deu, mas servirá também para tirar as dúvidas acerca do que pretende este Governo para o Pico!

O que pretende em relação a infra-estruturas de base.

O que pretende em relação à política de Saúde.

O que pretende em relação à política de Transportes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os Autarcas eleitos sê-lo-ão de todo o povo e este também espera que o Governo seja de todas as Ilhas e de todos os concelhos.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*):

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Umhas breves palavras para prestar um esclarecimento em relação a um dos assuntos que foi aqui focado e que se prende com a questão da Escola das Lages do Pico.

O que acontece em relação a esta escola, é uma situação que eu estou convencido que o Sr. Deputado conhece e que não me parece que tenha retratado muito bem aqui, ou seja, o facto de ter havido uma empreitada e da empresa que assinou o contrato não ter cumprido aquilo a que se comprometeu e, portanto, ter havido um atraso nessa obra. Nesta altura, estão a ser envidados todos os esforços, no sentido de encontrar outra empresa, e estou a falar da obra do tecto da escola, porque quanto ao pavilhão é uma obra que está a ser feita, como o Sr. Deputado bem sabe.

Portanto, a situação da escola está bem esclarecida nesta altura e não há qualquer dúvida quanto a isso.

Quanto à questão da construção de uma futura escola, também posso desde já anunciar que foi tomada a opção de a fazer e nesta altura nós vamos iniciar o

processo que vai levar a essa construção. Obviamente isso vai levar alguns anos e para tal, é preciso dar ao actual edifício da escola as condições necessárias, para que ela lá funcione durante mais algum tempo.

Isso está a ser feito e creio que está bem resolvido.

Aproveitava para também chamar-lhe a atenção que o estado de degradação da escola não se deve a um ano, mas sim a muitos anos.

Portanto, Sr. Deputado, não pode enjeitar essas responsabilidades, nem sequer ao seu partido.

Em relação à questão da Saúde, também sabe que está a ser alterada a orgânica desse sector, o que vai ter igualmente reflexos no Pico e, em devido tempo, haverá uma discussão em que esse tema será certamente bem aprofundado.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas um pequeno esclarecimento, porque julgo que há uma situação que foi posta pelo Sr. Deputado Duarte Freitas que tem o valor que tem, e a qual eu respeito, mas que pode induzir em erro esta Câmara e que se prende com a ida de um médico dentista para o Corvo e que está a prestar serviço no Centro de Saúde de S. Roque.

É do conhecimento desta Casa o quanto todos os que trabalham nessa área se têm esforçado, para que se arranjasse um médico dentista que se deslocasse às Flores e ao Corvo.

Quando se arranjou a disponibilidade de um profissional de saúde dessa área, que por acaso está no Centro de Saúde de S. Roque - eu não quero dizer que é por má vontade - o certo é que apareceu logo uma lista de espera que ninguém julgava que fosse o problema a obstar a essa deslocação. Porque ou nós somos solidários, ou não somos.

É certo também que o Governo que está aqui presente (e eu só me levantei, porque percebi que o Sr. Secretário ainda não estava na Sala, o que aconteceu logo de seguida) resolveu o problema, contratando um outro dentista que

entretanto estava no Pico, para prestar serviços no Centro de Saúde de S. Roque, enquanto aquele que "leva a bandeira da solidariedade" às Flores e ao Corvo se encontrar lá a prestar serviço.

Portanto, sei que com certeza o Sr. Deputado não levantou essa questão por má vontade, talvez mais por desinformação, mas uma vez que o Sr. Secretário está presente diga depois aquilo que entender.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*):
Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas um esclarecimento complementar na sequência desta intervenção.

Eu realmente não ouvi a parte da intervenção em que focou esta matéria, o que lamento.

Porém, gostaria de dizer-lhe que tanto quanto eu sei, e até tenho informação fidedigna, depois deste processo da ida do dentista ao Corvo, a lista de espera do centro de saúde vai ficar mais pequena do que ficaria se ele estivesse lá e foi adquirido um bloco de consultas que vai de alguma forma reduzir isso.

Portanto, esta saída do dentista, além de resultar num claro benefício para o Corvo, não vai resultar em qualquer prejuízo para S. Roque, talvez resulte mesmo em vantagem.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Das várias questões que foram levantadas aqui, esta situação da deslocação do médico dentista do Pico para as Flores se calhar é a que tem menos importância, porque foi um dos casos em que precisamente eu disse que tinha sido feita essa acção e bem.

Acho que sim, as Flores e o Corvo precisam desse médico dentista, por isso procedeu-se à sua deslocação para lá. Aliás, referi naquela tribuna que achava muito bem, por todas as razões e mais uma.

A solução encontrada de contratar uma pessoa para o Centro de Saúde de S. Roque está bem, esperemos que seja legal.

Outra questão que eu levantei, e esta sim o fulcro do problema e que eu queria ver esclarecida, prende-se com a seguinte pergunta: porque é que o Sr. Secretário não toma a mesma atitude para os especialistas de ginecologia e obstetrícia do Hospital da Horta irem para o Centro de Saúde de S. Roque, utilizando os equipamentos que lá estão, nomeadamente o ecógrafo, para prestarem o serviço das consultas de acompanhamento das gravidezes?

Se se toma uma atitude destas para resolver o problema das Flores, e muito bem, mais facilmente se calhar poder-se-ia resolver esta questão, com o mesmo tipo de instruções e directrizes com que se resolveu a outra.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*):

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para responder ao Sr. Deputado que sim, nós estamos a equacionar isso. E ainda não foi feito assim, porque enquanto que foi possível, no caso do médico dentista, arranjar uma pessoa que o substituísse, até agora não nos foi possível arranjar alguém que substituísse aqui o médico que iria lá. Mas realmente nós temos a intenção de o fazer, logo que tal seja possível.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Mas há dois médicos aqui no Faial!

O Orador: Infelizmente, a quantidade de trabalho que está acumulada aqui no Faial, não permite tomar essa medida nesta altura.

Deputado Manuel Azevedo (*PSD*): Mas como é que pode ser se metade do trabalho é do Pico?!

O Orador: Estamos à procura de encontrar outros médicos e logo que seja possível, eu gostaria de ver em permanência no Pico esse tipo de consultas. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes para uma intervenção.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Com grande mágoa assisti, ao longo da malograda governação regional do P.S.D. , ao desaparecimento e ou degradação de pequenas estruturas portuárias, mais recentemente designadas por portinhos (segundo a classificação aprovada nesta Assembleia e traduzida no Dec Leg. Regional nº17/94/A de 18 de Maio). Se é certo que, em termos físicos, estes pequenos portos eram obras modestas, designadamente de reduzida volumetria, o mesmo não se poderá dizer quanto à sua importância para as comunidades que deles se serviam.

Foram elo de ligação com o exterior, daqui partiram e regressaram muitos Jorgenses à Ilha. Recordo-me das muitas vezes que num desses portinhos embarquei e desembarquei numa pequena lancha que fazia o transbordo dos passageiros e mercadorias de e para os barcos que, pacientemente aguardavam a escassos metros do cais. (refiro-me ao "Terra Alta", "Santo Amaro" e "Espírito Santo").

Só com eles foi possível ligar, no passado, comunidades através de um frenético vai e vêm de pequenas embarcações que transportavam pessoas e transacionavam mercadorias entre pontos de São Jorge e destes para os das suas Ilhas vizinhas

Não menos importante do que isso foi o valioso contributo no âmbito das pescas. Foram peças fundamentais para a autosuficiência de um povo, e por via disso, mataram a fome a muitos dos que deles dependiam!

Foram ao ponto de chegada e de partida da saudade.

Tantas lágrimas lhes caíram em cima e quantas alegrias partilharam!

Eram referências da nossa paisagem e da nossa cultura.

Foram marcos na nossa história e em alguns casos são uma necessidade do presente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

É imperdoável que a negligência de quem nos governou tenha permitido tanta destruição. Eu próprio, vezes sem conta, alertei ex-responsáveis locais e regionais (inclusivamente com cartas e fotografias em anexo) para o perigo em

que tais estruturas estavam expostas. Por essa altura, bastava obras de consolidação, de pequena monta, e tudo estaria resolvido.

Perdemos o porto da Fajã dos Vimes e parte do de São João. Ainda me vai na alma o desgosto que tive por ter dinamitado cerca de metade do cais do último lugar atrás referido.(a pedido da população e com a devida autorização). Foi, mais uma vez, a incúria dos responsáveis que deu tréguas ao mar por forma que este desloca-se essa significativa componente para uma zona que impossibilitou, por completo, as operações marítimas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Esta minha intervenção torna-se oportuna, mais ainda, pelo facto de me ter confrontado, recentemente, com a situação débil em que se encontra o porto da Fajã do Ouvidor.

Resignada com a inércia de anteriores governos, a citada estrutura portuária de, grande interesse para a Ilha de São Jorge, sofreu a amputação do seu respectivo varadouro. Presentemente, a situação agrava-se de dia para dia, resultado de um enorme buraco, aberto pelo mar no passado mês de Dezembro.

Quando o P.S.D., esteve no governo várias vezes trouxe a esta Casa o assunto do porto atrás referido e até, se bem se lembram, cheguei a ser acusado de estar simplesmente a defender os interesses dos meus “compadres”, quando facilmente nos apercebemos que se trata de uma questão séria e pertinente.

Hoje, estou mais tranquilo. O Partido Socialista ganhou as eleições regionais e felizmente temos um Governo mais atento aos problemas das populações e, sejamos convenientes, os Srs. Deputados do meu círculo eleitoral já se sintonizam num comprimento de onda diferente.

Chamo a atenção, nesta Casa, que o Porto da Fajã do Ouvidor é o único da sua zona com vocação para as pescas e ainda que a extensa costa norte de São Jorge tem grande interesse piscatório, o que motiva os pescadores a exporem-se ao perigo quando, em condições meteorológicas adversas, se deslocam para este lado da Terra. Os riscos acentuam-se pelo facto de tudo isto implicar com a passagem pelos extremos da Ilha que são autênticos “Cabos das Tormentas” para embarcações de pouca arqueação.

Acrescento a esta preocupante sujeição, a inconveniência que resulta da demora (entre 3 a 5 horas, consoante os casos) das referidas embarcações a percorrerem dezenas de milhas para descarregarem o seu pescado no porto de origem, certamente em piores condições das que se verificariam se efectivamente existissem condições estruturais no Porto da Fajã do Ouvidor.

A título meramente informativo, refiro que a vizinha Ilha do Pico foi contemplada, no Decreto Legislativo Regional nº 17/94/A, com a inclusão de três portos da Classe D, ou seja, de pescas, na sua costa Norte e cinco na do Sul.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estou confiante que o actual Governo não vai adormecer sobre questões desta natureza. Estamos perante um caso que tem a ver com a segurança dos pescadores, com uma maior rentabilidade da faina da pesca e ainda com as condições em que chega o pescado.

Atento a este caso, dirigi-me à Direcção Regional das Pescas e fiquei a saber que, para além das intenções do Executivo Regional, quanto a esta ocorrência, já de todos conhecida, foi feito o levantamento da situação e que serão executadas obras de consolidação brevemente. Ontem, no decurso do Plenário, o Sr. Secretário da Agricultura Pescas e Ambiente manifestou-me o seu desejo de visitar, no próximo Domingo, dia 25 do corrente mês de Janeiro, esta estrutura portuária.

Resta-me pedir, encarecidamente, e em nome de quem aqui represento, que tudo se faça, no âmbito da consolidação, na primeira oportunidade e na sua sequência se avance com outras obras de beneficiação, que, na opinião generalizada, bem se justificam.

Muito obrigado. Disse

(Aplausos da bancada do PS e do Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil para esclarecimentos.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Sr. Deputado António Gomes:

V. Ex^a. criticou, e quanto a mim bem, a falta de eficácia dos governos anteriores em relação aos portos e portinhos de S. Jorge. Só que se esqueceu de criticar a falta de eficiência do Governo actual, porque já está há um ano e tal no poder e que eu saiba ainda nada fez pelos portos e portinhos de S. Jorge.

Se fez, então o Sr. Deputado mostre-me onde é que estão essas obras!

É muito bom falar mal, e V. Ex^a. só sabe falar mal do passado, pois não é capaz de falar no presente e no futuro.

V. Ex^a. é um apaixonado pelo passado, porque não é capaz de enfrentar este futuro que tem na sua frente, o qual é bem menos promissor - pela amostra que já temos presente - do que aquele passado de 20 anos que já conhecemos!

Sr. Deputado: o que é que foi feito por este Governo em S. Jorge?!

São estas promessas agora do Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente de ir consigo à Fajã do Ouvidor ver o buraco que em Setembro passado foi aberto lá no porto?!

E como é que está o problema do porto da Calheta, Sr. Deputado, do qual V. Ex^a. tanto falava aqui há uns tempos atrás?!

Como é que está o problema do portinho da Fajã dos Vimes de que V. Ex^a. tanto falava e que ia ser arranjado?!

Como é que estão os problemas dos outros portinhos de que V. Ex^a. tanto falou aí?! Onde que estão as soluções para eles?!

E o problema da Caldeira de St^o. Cristo como é que fica?! De vez em quando aparecem umas coisas dispersas nos jornais por aí para "tapar a vista a cegos"!

Onde é que estão essas atitudes de defesa e onde é que estão as resoluções para esses problemas, Sr. Deputado?!

Eu faço requerimentos ao Governo e recebo umas respostas dúbias, ficando sem saber se são "cinzentas, pardas, castanhas, escuras", mas uma coisa elas não são, nem "brancas nem pretas"!

A gente olha para elas e ficamos sem saber se as coisas vão ser feitas, se estão a pensar nisso, como é que vão ser feitas, se nunca hão-de ser feitas e é isto que nós temos presente com este Governo!

V. Ex^a. não tem outra coisa que fazer senão vir para aqui "pegar no menino ao colo" - desculpe-me a expressão - e tentar embalá-lo lindamente nesta Assembleia!

Sr. Deputado António Gomes, pelo amor de Deus!

Os interesses de S. Jorge estão acima dos interesses dos partidos com os quais nos identificamos ideologicamente!

O Povo da nossa ilha que votou em nós, não foi para nós estarmos a defender o nosso partido, mas sim para nós defendermos os seus interesses!

O Sr. Deputado aqui dentro não faz mais nada - de há um ano a esta parte - do que defender o seu Governo!

Se calhar também queria que eu agradecesse ao Sr. Secretário da Agricultura e Pescas por ele ir a S. Jorge.

O Sr. Secretário não está fazendo favor nenhum a S. Jorge, está sim a cumprir uma obrigação que lhe compete como membro de um governo!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*):

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Só para um breve esclarecimento.

No que respeita às obras nos portos de S. Jorge, não estamos perante intenções nem palavras. Há uma resolução aprovada em Conselho de Governo, que não se limita ao caso de S. Jorge, como é óbvio, mas que elenca um conjunto de obras a realizar em pequenos portos. No fundo, define prioridades e define orientações.

Algumas destas obras, aliás, estão reflectidas no Plano para 1998, aprovado por esta Assembleia, e têm orçamento.

São obras que irão realizar-se durante o ano de 1998.

No que respeita ao porto da Fajã do Ouvidor, foi aqui dito que a situação relatada advém desde Setembro passado, agravando-se no mês de Dezembro. O que quer dizer que determinadas obras de mar não podem ser feitas - nem neste nem noutros portos - durante os meses de inverno.

As obras em terra, essas sim, dependendo da disponibilidade das firmas, serão todas elas realizadas durante o inverno.

No que respeita aos outros interesses da Ilha de S. Jorge, aliás já tive ontem ocasião de dizer isto a um outro colega seu de bancada, que há não só na área das Pescas como também na área da Agricultura, um plano de trabalho devidamente traçado e que seguirá o seu curso.

É evidente que quando não existem projectos, ou quando não existem planos legados pela anterior administração, temos que os fazer.

Isto não é uma crítica, significa apenas que, nalguns casos, tivemos de iniciar determinadas coisas do zero, como provavelmente anteriores administrações também tiveram de o fazer.

Portanto, isto para dizer que as coisas têm que ser feitas com conta, peso e medida e com o devido planeamento e acompanhamento técnico, para que não se desperdicem os dinheiros públicos.

É evidente que todos nós temos impaciência perante estas coisas. E eu já disse nesta Casa que comungo de muitas dessas impaciências, porque infelizmente muito foi deixado por fazer, muito ainda está por fazer, mas às vezes a impaciência não é a melhor amiga das boas decisões. E nós queremos que haja boas decisões e boas obras.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Sr. Deputado Manuel Brasil:

Desculpe-me que lhe diga, mas na minha opinião, falou muito e não disse nada! Foi o Sr. Deputado que na anterior Legislatura - e se tivesse algum cuidado até não tinha trilhado esse caminho - neste mesmo plenário e nesta mesma Sala, quando eu fiz referência ao porto da Fajã do Ouvidor, bem como às

necessidades que se sentia na execução de obras de beneficiação naquele porto, tendo em conta o interesse que ele tem para a Ilha de S. Jorge, foi mesmo V. Ex^a. que disse aqui que eu estava a defender os interesses dos meus "compadres"!

Fique o Sr. Deputado sabendo que eu não tenho "compadres" na Fajã do Ouvidor. Tenho amigos, como tenho noutra qualquer parte de S. Jorge!

O Sr. Deputado quando diz que eu estou a prestar um mau serviço à Ilha de S. Jorge, eu quero chamar-lhe a atenção para o facto do Sr. ter aprovado planos a médio prazo e planos anuais, no passado, para a Ilha de S. Jorge e que eram uma autêntica vergonha!

E agora veio reprovar um plano que, comparativamente com o outro seu congénere de um governo que suportou, tinha um aumento de 60%.

Se isso para si não significa nada, para mim significa e muito!

Mais ainda: falou no cais da Calheta. Pois bem, o Sr. Deputado, vergonhosamente, aprovou nesta Casa uma dotação de 5 mil contos para aquele cais e reprovou o plano a médio prazo de agora, quando lá estavam inscritos 560 mil contos!

Se tivesse vergonha não trilhava caminhos desse tipo!

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Sr. Deputado:

Diz V. Ex^a. que este Governo "ainda não fez nada em S. Jorge"!

O Sr. não está a cumprir a sua missão de deputado em S. Jorge, que é pelo menos estar ao corrente dos investimentos que estão a realizar-se naquela ilha.

O Sr. Deputado não sabe se estão a fazer pavimentações betuminosas!

Não sabe que já foram aprovados mais 600 mil contos para as estradas regionais de S. Jorge!

O Sr. Deputado tem que estar atento a essas coisas!

Eu recordo que não obstante o facto das pavimentações betuminosas de estradas regionais terem pertencido a um programa que o Sr. sabe muito bem qual era - programa nacional de interesse comunitário - deve estar esquecido que houve um plano que foi aqui aprovado pelos senhores que tinha 60 mil contos para

essas pavimentações, quando se sabia que elas iam custar mais de 1 milhão de contos.

Era então o Sr. Deputado que suportava o governo da altura e que fazia coisas destas aos jorgenses!

Por outro lado, há a questão a que eu fiz referência do porto da Fajã dos Vimes, porque infelizmente nunca houve qualquer atenção dos governos do PSD para com essa estrutura e ela desapareceu por completo.

Mais ainda, e para terminar, o Sr. Deputado também se bem se lembra no Plano a Médio Prazo estava a intenção de se fazer obras nos portos do Norte Grande, Fajã dos Vimes e Topo.

Portanto, penso que terá feito uma leitura aligeirada do documento a que acabei de fazer referência.

Relativamente aos requerimentos que diz não obter resposta adequada, pois eu levei aqui anos e anos à espera de respostas que nunca me chegaram a requerimentos que fiz a governos que o Sr. Deputado suportou!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Sr. Deputado António Gomes:

Realmente eu posso ter falado muito e ter dito pouco, agora V. Ex^a. não falou menos, mas parece-me que ainda disse muito menos do que eu!

V. Ex^a. continua a olhar para há 10 anos atrás e não é capaz de se situar neste momento presente e, por isso parece-me que muitas vezes, dizer muito nesse sentido é não dizer nada.

O passado nós já o conhecemos, falta-nos agora saber do presente e do futuro.

V. Ex^a. não tenha dúvidas nenhuma de quanto a isso, está muito atrasado. E se tivesse tomado um pouco de atenção e tivesse reparado na intervenção do Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, veria que nesse aspecto, foi muito mais comedido que V. Ex^a. e tentou dizer, dentro do possível, aquilo que lhe parece que pode vir a fazer, sem se comprometer, como o Sr.

está a fazer, com coisas que sabe bem que daqui a um ano já vai dar o "dito pelo não dito", como o faz agora.

Quanto ao porto da Fajã do Ouvidor, eu disse-lhe aqui em determinada altura, que nós tínhamos prioridades em S. Jorge, naquele momento, e reafirmo aquilo que eu disse, ou seja, de que eram superiores ainda àquela obra. E que, portanto, havia que resolver as prioridades, para depois ser executado o porto acima referido.

Nessa mesma altura, eu disse que não se tratava de compadrios, tratava-se sim de executar prioridades. Só que v. Ex^a. nunca conseguiu compreender isso.

Portanto, é preciso que esta questão fique perfeitamente esclarecida aqui, de uma vez por todas, pois já lá vão muitos anos a falar nisto, sobre se foi ou não esta a história.

Não quero morrer aqui de velho, mas se assim acontecesse e V. Ex^a. aí desse lado, de certeza absoluta que eu teria que dizer todas as vezes a mesma conversa, porque a sua elasticidade mental não é capaz de compreender estas coisas!

(Risos da bancada do PSD)

Isto é que é um bocado grave, Sr. Deputado!

Quanto ao que se está a fazer em S. Jorge, sei eu muito bem o que é, que era o que se vinha fazendo anteriormente. Ou V. Ex^a. também não sabe que a estrada dos Nortes e que está a ser atapetada, já não vinha do tempo da tomada de posse deste Governo?!

De resto, à parte disto, diga-me quais são as outras coisas que estão a ser feitas em s. Jorge?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado António Gomes:

Concordo com o historial que fez sobre os portos e portinhos de S. Jorge. E cumprindo a minha missão de deputado, que é a de saber o que se passa na Ilha

de S. Jorge, que investimentos são feitos ou não, também quero dizer-lhe que entendo a sua "ciumeira" relativamente a este assunto do porto da Fajã do Ouvidor.

No dia 5 deste mês, fiz um requerimento a esta Casa, tecendo alguns considerandos e salientando a importância daquele porto.

Felizmente, a comunicação social deu bastante destaque a esta notícia, pois ainda ontem a RTP-Açores elaborou uma notícia sobre aquele porto.

Compreendo que o Sr. Deputado, ao chegar Sábado a S. Jorge, ninguém lhe perdoaria - não os seus "compadres", mas os seus amigos, pois eu também tenho amigos - se não falasse deste assunto aqui.

Portanto, entendo perfeitamente o seu ciúme. Porém, acho **ridículo** o Sr. Deputado vir dizer que o buraco que lá está já vem do tempo do PSD, ou que alguém do meu partido deixou lá um dispositivo preparado para ele rebentar agora!

Ninguém acredita numa coisa dessas, Sr. Deputado!

Devo dizer-lhe, por outro lado, que nós, os Deputados do PSD, estamos de facto a cumprir a nossa missão e estamos a par do que se faz, do que **não se faz** e não se programa fazer. Como é o caso desta Resolução 9/98, em que havia um investimento de 299 mil contos para a construção do novo matadouro e desapareceu...!

Esta é que é a minha missão de deputado.

Eu aconselhava o Sr. Deputado a ler algumas afirmações que tem feito desde que está na bancada que suporta o Governo, porque o seu passado é recente, mas um ano já é passado.

Sobre o assunto dos voos da TAP, quando os voos da SATA não são - passe a expressão - "voos corridos", em que os jorgenses têm que pagar mais um "flight coupon" de cerca de 14 contos, o Sr. Deputado fez uma intervenção no dia 29 de Janeiro, nesta Casa, a qual eu aplaudi, porque o Sr. tinha razão e nós também temos razão.

O Sr. Deputado disse o seguinte, e passo a citar: "Tanto quanto sei, este é mais um justificado caso herdado do passado recente e se não tivéssemos mudado de governo, esta era mais uma intervenção para cair em "saco roto".

Lamento, Sr. Deputado, mas caiu mesmo em "saco roto"!

Dizia ainda V. Ex^a. o seguinte: "...e possivelmente os ex-governantes eram capazes de ir dizer que lá estava eu com ideias despesistas. Agora, felizmente, tenho a solidariedade que não é uma palavra vã".

Sr. Deputado, veja no **seu** dicionário esta palavra **solidariedade** o que é que significa.

Concluía assim: "Tenho a firme certeza de que esta injustiça será finalmente debelada por este Governo e o serviço público prestado pela SATA que é, por razões óbvias, subsidiado pelo orçamento da RAA, acabará com esta imoralidade que prejudica financeiramente populações já bastante penalizadas pelo isolamento".

Sr. Deputado António Gomes:

V. Ex^a. tinha razão, mas mantém-se o mesmo. Por isso, há-de ter cuidado quando deposita tanta confiança neste seu Governo.

Em relação ao que é feito em S. Jorge, os Deputados do PSD daquela ilha cumprem a sua missão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu vou fazer um pedido de esclarecimento e também uma pequena observação, na sequência da 2^a intervenção do Sr. Deputado Manuel Brasil.

Na minha primeira intervenção, eu disse efectivamente que ele tinha falado muito e dito pouco, no entanto na segunda foi "pior a emenda que o soneto".

O Sr. Deputado quis ofender-me, só que eu não utilizei a figura regimental da defesa da honra, porque não achei necessidade disso. Nem sequer vou alongar-me sobre essa questão.

A capacidade que eu tenho e a que o Sr. Deputado tem, não é para aqui chamada, nem sequer a inteligência de um ou de outro. Esse é um assunto que ficará para conversarmos noutra local. Porém, quero fazer-lhe a seguinte pergunta:

- Quais eram as obras que o Sr. Deputado Manuel Brasil considerava para S. Jorge mais prioritárias do que propriamente o porto da Fajã do Ouvidor?

Quanto à intervenção do Sr. Deputado Mark Marques, eu julgo que ele não terá percebido bem aquilo que eu disse naquela tribuna.

Eu não quis dizer que o buraco que recentemente apareceu no porto da Fajã do Ouvidor, teria sido uma herança do PSD. O que eu disse, foi que em tempos, o mar destruiu o varadouro daquele porto e o governo de então não teve isso em atenção e por esse facto não o reparou quando havia necessidade de o fazer.

Quanto às passagens da SATA, nomeadamente o Sr. Secretário da Economia já disse em muitos sítios que estão a ser equacionadas situações, por forma a ultrapassar-se determinadas injustiças e essa certamente é uma delas.

Era só isto. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para fazer duas ou três considerações.

Em primeiro lugar, o Sr. Secretário diz que o Governo tinha intenção de fazer obras nos três principais pequenos portos de S. Jorge, mas isso não passa de uma intenção, porque na verdade o que estava previsto no orçamento regional para isso era mesmo só uma intenção e mais nada. Além disso, eu estou aqui há um ano e poucos meses e, curiosamente, ainda não consegui perceber, ou ninguém me disse ainda, o que é que vão fazer nesses pequenos portos e no porto da Calheta.

Já por várias vezes fiz requerimentos e já se falou variadas vezes nesse assunto, no entanto eu penso que nem o Governo tem uma opinião formada do que é que vai fazer.

Voltando à minha intervenção de ontem que foi lembrada aqui pelo Sr. Secretário, eu gostaria apenas de lhe perguntar uma coisa muito simples:

- Considera V. Ex^a. justa a atribuição de 1\$00/litro de leite aos produtores da Terceira e de S. Miguel, esquecendo os restantes?

Se acha justo, gostaria que dissesse porquê? E se acha injusto, quando é que quer repor a justiça?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*):

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados:

É com muito gosto que eu novamente nesta Sessão abordo questões relativas a S. Jorge.

Queria aqui relembrar que mau grado alguma impaciência que possa haver, várias coisas tiveram início e algumas estão a ser estudadas em S. Jorge. Por exemplo, no próximo Domingo, e espero que estejam presentes, vou ter a alegria de encerrar um processo respeitante à extinção do IACAPS, com a cedência das suas instalações às organizações de lavoura de S. Jorge.

É um processo que se arrasta há muito tempo e que, felizmente, com a cooperação e a colaboração das organizações de lavoura, agora vai ver chegar o seu término. Isto para além de beneficiar a lavoura, espero eu que venha a beneficiar outras organizações que manifestaram interesse em utilizar algumas dessas instalações.

Recordo que ontem também falámos aqui nos protocolos de abastecimento de água à lavoura, que neste momento abrangem os dois conselhos de S. Jorge.

Recordo novamente aqui e remeto o Sr. Deputado para a resolução do Conselho do Governo, bem como para o Plano e Orçamento, onde estão discriminadas essas obras, que não são meras intenções, porque nós quando as inscrevemos é para fazê-las.

Recordo igualmente as prioridades que nós definimos para o ano de 1998 que se vão realizar, Sr. Deputado.

Chamo a atenção, por outro lado, que independentemente destes projectos específicos para a Ilha de S. Jorge, há outros que estão a decorrer e que irão beneficiar não só aquela ilha, mas também os Açores em geral, como por exemplo os processos de negociação no âmbito da baixa dos preços de energia, que vão beneficiar com certeza as cooperativas agrícolas de S. Jorge. Foi um processo negocial que decorreu ao longo de 1997 e falo dele para referir a seguir que um processo negocial idêntico, nós queremos desenvolver durante o ano de 1998, no âmbito dos transportes, porque consideramos que é uma área vital e que de facto há situações que não gostaríamos de ver prolongadas durante muito tempo, pois há obrigações de solidariedade nacional que se aplicam a outras regiões, nomeadamente na Região Autónoma da Madeira, relativamente aos transportes para a Ilha de Porto Santo, e que são suportados pelo orçamento nacional e que, infelizmente, esta Região durante muitos anos aceitou que fossem suportados pelo orçamento regional.

São situações que, com trabalho, persistência, nós queremos ver transformadas, para bem da economia dos Açores.

No que respeita à última questão colocada pelo Sr. Deputado Aires Reis, sobre se é justo ou não 1\$00/litro de leite que foi uma situação transitória decidida pelo anterior titular desta pasta de ser somente pago nas Ilhas de S. Miguel, Terceira e Faial, é uma questão que não fui eu quem decidiu. E, portanto, terá que virar-se, mais uma vez, para dentro do seu partido e perguntar ao anterior titular da pasta se ele achou justo na altura excluir as outras ilhas.

O que eu lhe digo agora, é que esta situação do escudo por litro de leite, é quanto a mim, uma situação que terá de ser transitória, porque se enquadra numa progressiva diminuição do subsídio atribuído por causa do leite em pó. E que no caso de S. Jorge não foi atribuído, porque nessa ilha não se produz leite em pó.

Para melhor conhecimento deste processo, eu aconselhava o Sr. Deputado que procurasse ver o dossier, porque de facto este escudo foi atribuído, porque baixaram os preços do leite em pó no âmbito das negociações e da aceleração do processo de adesão à Comunidade na sua segunda fase, apenas devido a isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Vou ver se não falo muito agora, mas tenho que apontar ao Sr. Deputado António Gomes uma prioridade importante que nós tínhamos em S. Jorge que é o caso da estrada do Topo e dos Nortes em que uma já está pavimentada e a outra está a fazer-se. Penso que são prioridades que se justificam.

O que não se justifica, é o Sr. Deputado vir dizer que os planos deste Governo para S. Jorge são maravilhosos, com milhares e milhares de contos para o porto da Calheta. E eu pergunto:

- Onde é que estão os milhares de contos que eram para o matadouro das Velas que já tinha adjudicação feita e tudo? E que de um momento para o outro desapareceram?

Que o matadouro não seja feito nas Velas, até pode ser uma opção do Governo. Agora que esse dinheiro devia ter sido empregue em S. Jorge e não foi, é também uma realidade. Ou então, se foi empregue em S. Jorge, explique-me o Sr. Deputado onde é que está esse dinheiro?

V. Ex^a. explique-me também por que razão um aeroporto como o nosso, que está nas condições em que está, sofrendo as penalizações que sofre, não aparece qualquer verba para pelo menos melhorar as condições de acesso ao mesmo?

Tudo isto são aspectos que eu considero prioritários relativamente a S. Jorge, mas para o Governo não são.

Quando V. Ex^a. disse há pouco que eu tinha aprovado aqui planos a médio prazo que eram inferiores àquele que eu rejeitei há pouco tempo, não é verdade, porque todos os planos que eu aprovei antes eram todos eles superiores àquele que eu rejeitei do vosso Governo, embora eu tenha tido naquela altura a hombridade de, naquela tribuna, criticar os planos do Governo social-democrata, coisa que o Sr. Deputado nunca teve, para não ficar mal com os elementos do seu partido.

Eu critiquei os planos do meu governo na altura e não estou com pena. E se o Partido Social Democrata for mais alguma vez Governo e eu estiver aqui nesta Assembleia, criticarei de boa vontade, quando os planos forem maus para S. Jorge, coisa que V. Ex^a. não fará, porque não tem à vontade nem coragem para o fazer!

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Uma medida transitória, tal como V. Ex^a. disse, penso que à partida, não dura 5 anos.

Eu penso que não devo perguntar o que quer que seja aos meus colegas de bancada, porque tanto quanto eu sei, eles não foram convidados para serem secretários regionais. Portanto, é a si que eu tenho que perguntar. E é aqui o lugar próprio para o Sr. responder.

Por outro lado, por aquilo que eu percebi das suas palavras, o Sr. Secretário considera essa medida justa.

Eu gostava de saber claramente se o Sr. Secretário considera isso ou não?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes):

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados:

Muito directamente, eu não tenho que fazer aqui apreciações sobre se é justa ou não é justa uma medida que nem foi decidida por este Governo, mas sim pelo anterior titular da pasta da Agricultura, aliás como eu já referi anteriormente.

Eu procurei explicar-lhe que essa decisão foi tomada numa circunstância muito particular, que se prende com a desaceleração da 2^a fase de adesão à Comunidade e também a abertura do mercado interno e a consequente descida dos preços do leite em pó.

Nesse âmbito, principalmente para as Ilhas de S. Miguel e Terceira, onde de facto há produção de leite em pó, o anterior executivo decidiu, no âmbito de um

subsídio que vai diminuindo ao longo de um prazo de 5 anos, compartilhar com 1\$00/litro de leite para amortizar os efeitos, em termos de preço de leite à lavoura.

Foi isso que se passou e por isso mesmo, a concepção e a forma como isso foi aprovado, tem de ser necessariamente uma medida de apoio transitória. Não é uma medida para ficar.

É só isto que lhe tenho a dizer.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Esta temática dos portos de pesca é, quanto a mim, importante para toda a Região. E para que não se pense que é apenas na Ilha de S. Jorge que existem problemas com portos de pesca, eu gostaria de entrar também nesta discussão, exactamente para lembrar ao Sr. Secretário que logo a seguir aos temporais do final do ano de 1996, e já durante o ano de 1997 numa das primeiras vezes que vim à Assembleia após esses acontecimentos, numa intervenção inserida no PAOD naquela tribuna, trouxe um problema que se prende com o porto de pescas do Porto Afonso.

Parece-me que o Sr. Secretário Regional, pela cara que fez quando eu disse o nome do porto, não conhece o porto de pescas do Porto Afonso.

(Confirmação por parte do Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente de que não conhece o dito porto)

O Orador: Ah então confirma que não conhece realmente o Porto Afonso.

Devia ter pedido informações ao Sr. Deputado José Nascimento Ávila, pois podia ser que ele o tivesse levado lá para que visse o estado em que ele de facto se encontra.

Eu gostaria de pedir o seguinte esclarecimento ao Sr. Secretário:

Vejo que no Plano do Governo Regional para 1998, da responsabilidade do Partido Socialista, existe a verba de 15 mil contos repartidos por 3 portos de pesca na Graciosa. E vejo que este Porto Afonso foi deveras esquecido.

A minha pergunta é no sentido de saber o que é que pensa o Governo Regional fazer com aquele porto na Ilha Graciosa?

Se bem entendi da conversa do Sr. Secretário, parece que tem um plano de trabalho para esta área dos portos de pesca, mas acabo por verificar também que esse plano não está devidamente elaborado, tal como V. Ex^a. disse, até porque o porto de pescas do Porto Afonso está esquecido.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Apenas para um pequeno esclarecimento ao Sr. Deputado Aires Reis, porque não estive aqui na anterior legislatura.

Eu, de facto, coloquei essa questão do tal subsídio de 1\$00/litro de leite naquela altura. Infelizmente, e não obstante ter apresentado aqui essa questão por diversas vezes, só percebi a mesma depois das explicações que o Sr. Secretário me deu.

Respondendo directamente ao Sr. Deputado Manuel Brasil, quando ele diz que considerava como prioritárias as pavimentações betuminosas das estradas do Topo e dos Nortes, eu repito-lhe que já estou cansado de dizer ao Sr. Deputado que essas obras pertenceram a um programa comunitário que acabou em 1992 e elas ainda estão por fazer!

Quero dizer-lhe ainda que a pavimentação betuminosa da estrada regional nº3/2^a, entre a Urzelina e Pico da Caldeirinha, foi adjudicada pelo **seu** Governo a uma firma que se chama Tecnovia, através de um concurso comunitário público e nunca lá estive uma máquina sequer dessa empresa e, inclusivamente, essa mesma firma foi indemnizada pelo atraso no pagamento de facturas respeitantes a essa obra!

Veja bem como é que isso funcionava, Sr. Deputado!

Isso é que é uma grande gravidade e uma irregularidade!

Isso é uma burla, Sr. Deputado!

Relativamente ao matadouro, o Sr. Deputado continua a não ter cuidado ao analisar os números, porque pelo facto de ter saído do plano a construção do matadouro de S. Jorge, o orçamento para aquela ilha continua a ter igual valor.

Portanto, a Ilha de S. Jorge não foi penalizada por esse facto, pois está lá a intenção que irá ser uma realidade, da criação do perímetro do ordenamento agrário dos Rosais, que vai de facto dar um bom contributo à lavoura de S. Jorge, vão-se criar outros perímetros de ordenamento agrário naquela ilha e é isso que o Sr. ainda não percebeu.

Eu estarei nesta Casa para criticar o Governo, quando efectivamente entender que o devo fazer, na qualidade de responsável pela gestão pública, bem como na qualidade de quem está aqui para defender os interesses dos jorgenses.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa para uma intervenção.

Deputado Herberto Rosa (PSD): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Permitam-me, antes de mais, que neste início de um ano novo, formule desta tribuna os meus sinceros votos de que, depois de todas as intempéries e calamidades que atingiram a Região nos últimos tempos, e que culminaram com a tragédia da Ribeira Quente, ainda bem viva na nossa memória, o ano de 1998 possa ser um melhor ano para todos os açorianos.

É por demais conhecida, Sr^{as}. e Srs. Deputados, aquela máxima jornalística, segundo a qual, quando um homem morde um cão tal constitui notícia, o mesmo já não sucedendo na situação contrária.

Este princípio adapta-se também de alguma forma à actividade parlamento, onde por via de norma, o discurso se centra nas dificuldades, naquilo que porventura corre mal em termos de governação, em tudo o que precisa e deve ser feito, raramente merecendo referência a concretização das acções ou a resolução dos problemas.

Ao longo do último ano, todos nós deputados confrontámos o governo - é esse o papel que nos cabe - com a necessidade de dar respostas rápidas e eficazes às mais diversas questões, muitas das quais, aliás recebidas de herança.

E, pela importância de que se reveste, pelo peso que representa, o sector da agricultura foi sem dúvida, a par da educação, da saúde e dos transportes, um daqueles que mereceu maior destaque.

O tratamento das questões relativas à Ilha das Flores não fugiu a esta regra, tendo as questões agrícolas sido por diversas abordadas, nomeadamente aquelas que ora me proponho abordar e que se prendem com os apoios aos lavradores vítimas das calamidades.

Recordo, a propósito, aquilo que em 17 de Junho, na sequência de uma visita efectuada às Flores, o Grupo Parlamentar do PSD aqui afirmava através do Sr. Deputado Manuel Azevedo, e passo a citar, "os estragos causados pelas calamidades continuam a penalizar os agricultores e outros residentes, que não viram ainda tanta promessa pública e particularmente feita, ter sido cumprida" - fim de citação.

Nada mais fosse dito sobre o assunto, e ficar-se-ia porventura com a convicção de que nada mais fora feito e os agricultores florentinos continuavam tristemente entregues à sua sorte.

E, contudo, nada de mais errado.

Com efeito, as respostas por parte do Governo Regional existiram, foram eficazes e foram expeditas, tendo em conta as condicionantes que resultaram do facto de, por razões de todos conhecidas, o Orçamento regional para 1997 só ter entrado em execução já em meados do mês de Agosto.

E essas respostas traduziram-se, na Ilha das Flores, pela atribuição de subsídios que totalizaram 31 mil e 900 contos e abrangeram 222 agricultores, subsídios que se destinaram a compensar os prejuízos resultantes da destruição de terreno e colheitas, queda de muros e paredes de suporte, perda de alfaias e morte de efectivo bovino.

prejuízos esses ocorridos não só em Novembro de Dezembro de 1996, mas também em Junho de 1995.

Porque, com efeito, dos 31.900 contos atrás referidos, 12.500 reportam-se aos prejuízos causados pelas fortes chuvadas de 9 de Junho de 1995, e abrangem 70 agricultores, uns que tinham apresentado projectos que nunca foram despachados, e outros, mais concretamente 37, que pura e simplesmente haviam inicialmente sido excluídos de qualquer apoio.

Julgamos, pois, oportuno deixar aqui e agora expresso que, no que à Ilha das Flores se reporta, este capítulo do "dossier" das calamidades está finalmente encerrado e a contento dos interessados, esperando sinceramente que assim continue, porque de temporais já tivemos que baste...

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ainda no sector da agricultura, e continuando a falar das Flores, de referir que no último ano o apoio por parte do Governo Regional à respectiva associação de classe, para despesas de funcionamento e saneamento financeiro, atingiu os 16 mil contos, sem contar com o subsídio relativo ao transporte de "rumifibra" que ultrapassou os 2 mil contos.

Referência também para o apoio concedido à União de Cooperativas, visando designadamente a satisfação de encargos bancários e o pagamento do leite à produção, apoio que em 1997 significou um esforço financeiro de quase 43 mil contos e veio finalmente permitir a regularização do pagamento do leite a 3 meses.

Neste momento, está já pago o mês de Setembro e dentro de dias irá ser pago o mês de Outubro, o que aliado ao facto de ter sido recentemente aprovado o projecto de saneamento financeiro da União, permite acalantar fundadas esperanças de um futuro melhor para os lacticínios das Flores, tendo inclusivé em conta o facto da actual direcção da União de Cooperativas ter já encetado diligências, no sentido de serem introduzidas alterações estatutárias, por forma a que os produtores possam participar directa e activamente em toda a vida daquela organização.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho plena consciência de que este não é o tipo de intervenção mediática, porque não verte sangue nem fala mal de ninguém.

Poderão até dizer-me que o Governo, ao dar cabal resposta aos problemas, mais não fez do que cumprir o seu dever e a sua obrigação.

Seja como for, entendo que há verdades que devem ser ditas e, neste caso, convenhamos também que este Governo não só fez tudo quanto lhe competia, mas foi inclusivé mais longe, fazendo também aquilo que outros em devido tempo não quiseram ou não souberam fazer.

E, como florentino e deputado do PS, não posso deixar de me congratular com isso.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS e do Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais)

Presidente: Não havendo nem pedidos de esclarecimento nem mais inscrições na Mesa, vamos dar por findo o Período de Antes da Ordem do Dia e vamos entrar na ordem de trabalhos, começando pelo seu ponto 1, ou seja, o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do **Projecto de DLR - "Eliminação do nº2 do Artigo 5º do DLR nº 18/96/A, de 6 de Agosto (Regulamento Policial da RAA)"**.

Está à discussão o Pedido de Urgência que vem formulado por unanimidade no próprio que foi distribuído pela Comissão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como Presidente da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, gostaria de esclarecer o plenário dos motivos deste Pedido de Urgência que é feito por todos os Deputados de todos os partidos presentes na última reunião da Comissão que fizemos na Terceira.

Efectivamente, essa Proposta de Decreto Legislativo Regional resulta de uma petição que foi analisada na Comissão, em que foram ouvidos os interessados, bem como as câmaras municipais e todos eles estiveram de acordo, que o

Decreto Legislativo Regional fosse para a frente e fosse eliminado o nº2 do Artigo 5º do Regulamento Policial dos Açores.

Como não há necessidade disso baixar à Comissão, porque ela já analisou, daí o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação deste Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto 2 da ordem do dia que se refere precisamente à discussão e votação do **Projecto de Decreto Legislativo Regional** que propõe a "**eliminação do nº2 do Artigo 5º do DLR nº 18/96/A, de 6 de Agosto**".

Está aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Trata-se de uma matéria consensual tal como já disse o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Efectivamente, ouvimos em Vila Franca os peticionantes que deram azo a esta iniciativa legislativa e daí termos decidido em Comissão ouvir todas as câmaras.

Julgamos que este assunto é pacífico, mas será de grande alcance, precisamente nesta altura do ano em que se renovam licenças policiais e em que a fiscalização destas situações poderá ter uma acuidade que normalmente não acontece ao longo do ano.

Daí o Grupo Parlamentar do PS e os Deputados subscritores, estarem perfeitamente de acordo com a eliminação desta situação que nos foi pedida e reclamada pelos comerciantes de Vila Franca.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma intervenção.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Vou tecer algumas considerações sobre esta matéria e começo por dizer que vou votá-la favoravelmente, porque estou de acordo com a eliminação proposta. Valerá, porém, a pena relembrar aqui o que se propõe eliminar, bem como valerá a pena também fazer algumas considerações sobre aquilo que está perante nós. Aliás, quando vi que o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila tinha pedido a palavra, pensei que ele ia recordar um pouco o passado, porque nestas coisas há que fazer isso e, tanto ele como eu, temos muitas razões para recordar o passado, pois aquilo que hoje estamos aqui a fazer, se tivessem ouvido sensatamente aquilo que eu próprio disse e também o Sr. Deputado numa Comissão durante uma tarde inteira, nós não estaríamos agora a fazer isto nesta Câmara.

O que ficou consignado foi "as tabernas e botequins terão portas em madeira, sem vidros ou com vidros não transparentes, aprovadas pela câmara municipal respectiva, com a altura mínima de 1, 60m., providas de molas que as mantenham permanentemente fechadas e sempre em perfeito estado de conservação".

É isto que está escrito aqui e é isto que estava proposto na Comissão há 2 anos e meio e, sobretudo, foi contra isto que eu e o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila, nessa Comissão, tentámos lutar, explicando que isso não tinha razão de ser, que hoje essas coisas já não eram necessárias, etc., etc.

Depois houve a reacção natural, e em nosso entender normal, das pessoas que se viram obrigadas a colocar essas portas nestas tabernas, o que se resume - felizmente - hoje na nossa Região, a dois ou três concelhos, porque de facto cada vez há menos destes estabelecimentos.

A realidade é que depois de ouvidas as pessoas interessadas, chega-se à conclusão de que realmente este articulado não serve nem a eles - proprietários

destes estabelecimentos - nem serve os utentes, causando um conjunto de inconvenientes que eles próprios exprimiram na Comissão.

Pensamos que, neste momento e em relação a esta matéria, vem fazer-se justiça, embora com algum atraso, e por outro lado satisfaz-se o pedido das pessoas interessadas. E ainda bem que toda a Comissão pôde ter a percepção de que era necessário fazer-se justiça.

É, de facto, uma matéria sem grande importância em termos regionais, mas que tem importância em relação nomeadamente aos poucos estabelecimentos desse tipo que restam nalguns concelhos da nossa Região.

Pensamos que efectivamente é justo que se elimine este dispositivo legal, independentemente da necessidade futura de termos que rever o Regulamento Policial da Região e pô-lo de acordo com a legislação a nível nacional já existente.

Por outro lado ainda, pensamos que é importante que haja uma sensibilização da parte de todos nós, entidades com responsabilidades nesta matéria, para que o Regulamento Policial aprovado há 1 ano e meio seja cumprido, porque existem determinados regulamentos e determinadas normas que terão que ser objecto de uma observação, para que sejam cumpridas, pois lamentavelmente, em muitos concelhos da nossa Região, fazem delas "tábua rasa".

Por isso mesmo, pensamos que ao trazer à colação este Regulamento Policial, valerá a pena também chamar a atenção para a necessidade da sua implementação, do seu cumprimento e da sua observação, porque existem certos preceitos que todos nós aqui aprovámos ainda há pouco tempo, e que são extremamente importantes para uma sã vivência comunitária na nossa Região e que passam pelo cumprimento deste Regulamento Policial.

Presidente: Tem a palavra para intervir no debate o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Não obstante a adaptação do Regulamento da RAA à luz dos novos diplomas nacionais, o PSD também concorda com esta eliminação do nº2 do Artigo 5º,

porque vem satisfazer o desejo dos proprietários dos botequins e tabernas, petição que aliás foi sujeita a um parecer da Comissão e que dada até a argumentação usada, realmente vem no sentido de eliminar o citado número do Artigo 5º.

Os Deputados presentes na audição aos peticionários, não poderiam de forma alguma ficar insensíveis aos argumentos apresentados pelos proprietários das tabernas e botequins.

Por isso, o PSD vai votar esta alteração favoravelmente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O Partido Popular obviamente está também de acordo com esta alteração ao Regulamento Policial da RAA e não só depois de ter ouvido os peticionários, pois tal como disse e muito bem o Sr. Deputado Francisco Xavier, qualquer pessoa que tivesse ouvido os argumentos dos proprietários não podia ficar insensível. Mas achamos também que é chegada a hora de se rever convenientemente nesta Câmara todo o Regulamento já referido.

Este é um pequeno exemplo de como foi legislado um número de um artigo que, nalguns casos, nem sequer poderia ter aplicação.

Faz-se a referência a tabernas e botequins e não a pequenos cafés e estamos a falar de estabelecimentos, alguns dos quais ao colocar-se estas anteparas, nem se poderia sequer respirar lá dentro e cuja abertura da própria porta (para dentro), criava uma tremenda falta de espaço no interior dos edifícios.

É isso que se me ocorre dizer neste momento sobre esta matéria. E, tal como já disse, o Partido Popular vai votar favoravelmente esta alteração.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas para fazer uma precisão de redacção, penso que não é necessário fazer uma proposta de alteração, nomeadamente no Artigo 1º onde se diz "**é eliminado o nº2 do Artigo 5º do DLR nº 18/96/A, de 6/08/96**" deve ler-se logicamente "**de 6 de Agosto**".

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam na generalidade com este Projecto de Decreto Legislativo Regional, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado na generalidade por unanimidade.

Presidente: Passamos à discussão e votação na generalidade. E se não houver objecções, vamos fazer a discussão e posterior votação dos seus dois artigos.

Está aberta a discussão dos Artigos 1º e 2º deste diploma, com a correcção que já foi sublinhada pelo Sr. Deputado Manuel Azevedo e uma outra, claramente de ortografia, que é a palavra **rigor**, em vez de **vigor**, no Artigo 2º.

Não havendo intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com os Artigos 1º e 2º, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os Artigos 1º e 2º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, na globalidade, com este Projecto de Decreto Legislativo Regional, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado na globalidade por unanimidade.

Presidente: Baixa à Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais para redacção final.

Vamos passar ao ponto 3 da ordem de trabalhos que se refere ao **Projecto de Decreto Legislativo Regional que "prevê a criação de um registo regional das associações de deficientes e regime de apoios a conceder a essas associações"**.

Está aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*):

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A proposta ora apresentada vem na sequência de uma outra, que aliás resultou da divisão da proposta inicialmente apresentada pelo Governo, que foi dividida em dois decretos, um dos quais foi aprovado por esta Assembleia na sua última sessão plenária. E, portanto, nós agora estamos a apreciar a parte que diz respeito aos apoios a conceder às associações.

O que se pretende com esta proposta, é criar uma base jurídica que nos permita melhorar a forma como os apoios às associações de deficientes e às associações que prestam apoio aos cidadãos portadores de deficiência, são feitos nesta altura.

Portanto, trata-se de um diploma enquadrador que visa, no fim de contas, criar um quadro de apoio a essas instituições.

Ele já foi aqui discutido na sua generalidade, quando se falou na outra parte, e acabou por ser dividido em dois, ou seja, nós estamos na continuação de um processo que eu creio que poderei dispensar-me de fazer uma apresentação exaustiva, porque ele já foi objecto dessa apresentação aqui previamente.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Deputada Fátima Sousa.

Deputada Fátima Sousa (PS): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O presente Projecto de diploma, define as condições de atribuição de apoio a projectos e programas de actividades direccionadas a pessoas portadoras de deficiência.

Com este diploma, criam-se condições propícias ao fomento do emprego, promoção profissional e integração social dos portadores de deficiência.

É uma medida de política social relevante que irá contribuir para minimizar e/ou compensar situações de desvantagem com que se encontram e confrontam diariamente os deficientes e permitir a estes cidadãos beneficiarem de condições para o exercício pleno da cidadania, pelo que o Grupo Parlamentar do PS irá votar favoravelmente este Projecto de diploma.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata reafirma a sua intenção de votar também favoravelmente este diploma.

O diploma já esteve aqui, voltou à Comissão para ser reformulado, mas nós não queremos deixar passar a oportunidade de voltarmos a congratular-nos pelo seu conteúdo, pelos seus objectivos, na medida em que sendo a educação um importante factor de promoção pessoal e social, e visando acima de tudo que se aprenda a conhecer e a fazer, não pode deixar também de se centrar no aprender a ser e no aprender a viver com os outros. E aprender a viver com os outros, implica reconhecer as diferenças, ou seja, no âmbito da educação para todos, que haja lugar ao direito à diferença, a todos e a cada um, consoante as necessidades, àqueles que sendo portadores de deficiência, precisam de mais apoios, de mais ajudas, de apoio pedagógico acrescido, ou de quaisquer outros instrumentos ou criação de situações que vão ao encontro das suas necessidades específicas, que isso assim aconteça de forma a serem tratados como cidadãos de pleno direito que também são.

É por essa razão que vamos, efectivamente, tal como disse logo no princípio da minha intervenção, votar favoravelmente o diploma em apreço.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A matéria que vamos analisar, visa apoiar e incentivar os portadores de deficiência no sentido de que estes possam ser devidamente integrados na sociedade em que vivemos.

Esta matéria, para além de estar consignada na Constituição, já mereceu vasta legislação nacional.

Na nossa opinião, é importante que de uma vez por todas se procure incentivar as associações que apoiam pessoas com deficiência, para que as mesmas encontrem soluções para a integração dos deficientes na sociedade.

É neste sentido que vamos votar favoravelmente o diploma que aqui temos presente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular vai votar favoravelmente esta proposta

Contudo, queria dar ênfase a um artigo que em sede de Comissão tornou-se "muito caro" e por isso gostaria de dizer nesta Casa que não basta legislar, nem anunciar boas vontades. É preciso agir.

Refiro-me ao artigo 16.º que tem a ver com as barreiras arquitectónicas. Este artigo foi alvo de legislação nacional e na altura, a Comissão de Juventude e Assuntos deu parecer favorável - com o nosso voto - à legislação que veio para audição dos órgãos de Governo próprio.

Porém, e como temos visto uma ânsia de alguns autarcas e até de alguns departamentos do Governo em recuperar pequenas zonas públicas que foram destruídas pelos temporais de Dezembro de 96 e do final do ano de 97, fiquei muito triste quando no Concelho da Povoação vi recuperar um jardim que tinha sido destruído e não onde não foram construídas as devidas rampas de acesso para pessoas portadoras de deficiência.

Espero que este alerta de ora por diante sirva para que autarcas responsáveis pelas obras públicas não cometam erros de tal gravidade.

Muito obrigado.

Presidente: Encerrado o debate na generalidade, vamos passar à votação do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com o diploma em discussão, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à discussão e votação na especialidade.

Como os Srs. Deputados sabem, há um texto de substituição proposto pela Comissão e é o mesmo que vamos passar a votar.

Se não houver objecções, como ele tem 4 capítulos, fazíamos a discussão e votação por capítulos.

(Pausa)

Julgo que não há objecção.

Está aberta a discussão sobre o capítulo I que abrange os artigos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*):

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para chamar a atenção que no meu modesto entender falta um artigo que defina o objecto e âmbito.

Como este Decreto resultou da amputação do outro, na redacção da Comissão, este documento inicia-se logo pelo apoio e não se define o tipo de associações.

Não é a mim que me cabe fazer propostas nessas matérias, mas chamaria a atenção porque julgo faltar um artigo que de alguma forma prejudica o diploma, porque não estabelece o objecto e o âmbito.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

De facto, ao depararmos-nos com esta lacuna, apresentamos nova proposta e desde já pedimos desculpa por ser oral, de introdução do artigo 1.º que passará a ter a seguinte redacção:

"Artigo 1.º

Objecto e Âmbito

O presente diploma regula as modalidades de apoios a conceder às associações de portadores de deficiência e às associações que exercem actividades nos domínios da prevenção de deficiência, da reabilitação e da educação especial".

Este conteúdo, de facto, estava no outro diploma.

Presidente: Se houver consenso sobre esta matéria passamos a considerar que o Capítulo I abrange também esse artigo sobre o objecto e âmbito do diploma, nos termos que acabaram de ser enunciados.

Vamos considerar que este é o artigo 1.º-A, para não alterar a enumeração dos seguintes.

Passemos à votação do Artigo 1.º A e os restantes artigos, ou seja, até ao artigo 5.º.

Os Srs. Deputados que concordam com os artigos do Capítulo I, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos constantes no Capítulo I foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à discussão do Capítulo II, que compreende os artigos 6.º, 7.º, 8.º e 9.º.

Está aberta a discussão na especialidade.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com os artigos do Capítulo II, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos 6.º a 9.º constantes no Capítulo II foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Segue-se o Capítulo III, composto pelos artigos 10.º, 11.º, 12.º e 13.º.

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com os artigos do Capítulo III, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos 10.º a 13.º constantes no Capítulo III foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Finalmente, o Capítulo IV e último com os artigos 14.º, 15.º e 16.º. Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos 14.º a 16.º constantes no Capítulo IV foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam com o diploma acabado de aprovar, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O diploma foi aprovado em votação final global por unanimidade.

Presidente: Fica a redacção do diploma entregue à Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais.

Vamos passar ao ponto n.º 4 da nossa ordem de trabalhos que se refere à

Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 23/97, "Regulamentação de Organização, Funcionamento e Legislação dos Serviços de Saúde".

Está aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*):

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu começaria por referir que este título que aparece aqui na ordem do dia não será o mais adequado.

Na realidade, o decreto em si trata efectivamente da criação do cartão de utente do Serviço Regional de Saúde.

Por um lado, creio eu, acabou por ficar com esta denominação que não tem nada a ver com a matéria em questão.

Trata-se da adaptação à Região de dois Decretos-Lei, um Decreto-Lei base e o outro que o alterou, que criaram a nível nacional o cartão do utente, do Serviço Nacional de Saúde.

Há todo o interesse em adaptá-los à Região, por duas razões, por um lado porque é necessário termos na Região um meio de identificação e um meio de transportar e pôr em comunicação todos os serviços de saúde no que diz respeito ao utente, o que vai permitir poupar na duplicação das análises e medicamentos, poupando o utente que transita de um serviço para o outro ou mesmo quando passa de um médico para o outro. Por outro lado, vai permitir eliminar uma quantidade muito grande de burocracia que nesta altura sobrecarrega os utentes, porque este cartão permite conter informação como por exemplo qual o regime de comparticipação — desaparecem as famosas credenciais e toda a burocracia que está em torno dela.

É uma forma muito mais expedita que permite um relacionamento mais fácil e correcto entre o utente e os diversos portadores de cuidados de saúde integrados no Serviço Regional de Saúde.

Por outro lado, optou-se por fazer uma adaptação do diploma nacional, em vez de se fazer um diploma regional, porque há toda a conveniência que o cartão usado nos Açores seja compatível com o cartão que é usado a nível nacional pelo Serviço Regional de Saúde, de forma a que haja intercomunicabilidade entre o Serviço Regional e o Serviço Nacional, para quando os doentes se deslocarem da Região para fora utilizando outros serviços, o cartão possa ser utilizado lá uma vez que tem as mesmas características técnicas e contém o mesmo tipo de informação.

O diploma tem estes objectivos e chamo a atenção para o facto de estar incorrectamente denominado para evitar de ser publicado com este nome, porque isso vai causar alguma confusão.

Trata-se, portanto, da criação do cartão do utente do Serviço Regional de Saúde.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai votar a favor deste diploma, e não poderia deixar de ser, quando esta proposta vem beneficiar o utente ao facilitar e permitir que o cartão tenha dados que, em todos os lugares que o utente se dirija, são essenciais para o bom atendimento desse mesmo utente.

Sendo assim, entendemos que o título do diploma está desenquadrado, razão pela qual nós vamos propôr - e que seja aceite fazermos a sugestão - que o título passe a ser "Criação do Cartão de Identificação do Utente do Serviço Regional de Saúde".

Nesse sentido, distribuímos já uma proposta com esse teor.

É evidente que concordamos também que é mais claro e fácil para o utente - sendo um utente do Serviço Regional de Saúde, mas a um dado momento também é um utente do Serviço Nacional de Saúde - que tem mais lógica adaptar os diplomas que criam esse cartão no Serviço Nacional de Saúde, do que se criar um documento novo regional.

O Grupo Parlamentar do PS entende que esta forma está correcta e por isso vamos votar a favor.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós gostaríamos de não lançar polémica em relação a esta matéria, porque ela é pacífica e também estamos de acordo com ela.

No entanto, a leitura que nós fazemos é ligeiramente diferente daquela que foi referida até ao momento.

De facto, o documento legal que criou o cartão de identificação do utente, é o Decreto-Lei 198/95.

A Região entende e nós também entendemos que este cartão deve ser utilizado a nível nacional. Portanto, o cartão de identificação do utente nos moldes que é utilizado no Continente, será usado na Região Autónoma dos Açores.

Nós, por imperativos legais, estamos adaptando as designações que se referem ao todo nacional ao contexto regional e, por isso, em vez de Serviço Nacional de Saúde, chamamos Serviço Regional de Saúde e em vez de Região de Saúde, chamamos Centro de Saúde. É isso que nós estamos a fazer.

Dá-me a impressão que seria natural pela epígrafe deste documento, a adaptação à Região do Decreto-Lei que cria o cartão de identificação do utente. É isto que nós estamos a fazer.

Da nossa parte não criamos polémica em relação a esta matéria, mas julgo que temos que ser precisos e pensamos que seria matéria para a própria Comissão de redacção estudar, porque, de facto, nós não vamos votar a epígrafe, mas sim os artigos.

Como disse, nós estamos de acordo com os artigos, mas penso que a Comissão de redacção - é um apelo que faço - deve aprofundar e estudar a melhor epígrafe a dar a este documento.

Nós pensamos que a Região tem necessidade de fazer esta adaptação como no decorrer do tempo fazemos dezenas destas adaptações e é aquilo que nos compete fazer.

Portanto, é matéria pacífica, não é polémica e por isso não há nada a acrescentar.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que nós não nos opomos que a Comissão de redacção debruce-se sobre o título e se entender que o que foi proposto é o mais adequado, que assim o seja.

Presidente: Fica então esta tarefa para a Comissão de redacção.

Continua aberta a discussão na generalidade.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à discussão e votação na especialidade e se não houver objecções vamos discutir e votar os três artigos em conjunto.

Está aberta a discussão na especialidade sobre os artigos 1.º, 2.º e 3.º do diploma.

Chamo a atenção que esta votação é feita, tendo em conta as correcções que vêm propostas pela Comissão de redacção para o artigo 2.º

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos 1.º, 2.º e 3.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O diploma foi aprovado em votação final global por unanimidade.

Presidente: O diploma fica cometido à Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais que terá em conta as observações que foram feitas, nomeadamente em relação ao título do diploma.

Vamos passar ao ponto n.º 5 da nossa ordem de trabalhos que se refere à

Proposta de Resolução sobre a "**Conta de Gerência da ALRA referente ao ano de 1996**".

Está aberta discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução que aprova a "Conta de Gerência da ALRA referente ao ano de 1996" foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto n.º 6 da ordem de trabalhos, ou seja, **Proposta de Resolução — "Alteração do nome do novo Hospital de Ponta Delgada"**

Está aberta a discussão.

Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou a esta Casa uma Proposta de Resolução em que resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores, que seja revogada a Resolução n.º 22/92, de 20 de Fevereiro e que o nome do novo Hospital de Ponta Delgada mantenha a designação de Hospital de Ponta Delgada.

Esta Resolução surge na sequência da análise em sede de Comissão de uma "petição que tem origem no descontentamento popular que surgiu das decisões unilaterais dos anteriores governantes - estou citando - de alterar o nome, tanto do aeroporto de Ponta Delgada como de atribuir um nome a novo hospital sem a devida consulta popular".

Esses cidadãos solicitam que a alteração do nome do novo Hospital de Ponta Delgada passe de Hospital do Divino Espírito Santo" para "Hospital de São Miguel Arcanjo".

Perante esta petição, a Comissão de Juventude e Assuntos Sociais decidiu solicitar pareceres a instituições que representassem a comunidade micaelense.

Nesse sentido, solicitou parecer ao Hospital de Ponta Delgada, à Comissão Instaladora do novo Hospital de Ponta Delgada, à Liga de Amigos desse hospital e ao Conselho de Ilha de São Miguel.

Recebidos os pareceres, e por eles terem sido maioritariamente favoráveis à manutenção do nome novo Hospital de Ponta Delgada, é nesta sequência e

tentando traduzir o sentimento desta comunidade que a Comissão se pronunciou pela manutenção do nome, e como consequência surge a Proposta de Resolução do Partido Socialista.

Presidente: Continua aberta a discussão sobre esta Proposta de Resolução.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sidónio Bettencourt.

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta resolução apresentada pelo Partido Socialista para alteração do nome do Hospital de Ponta Delgada, vem na sequência, como já foi dito pela Deputada Fernanda Mendes, de uma petição de alguns cidadãos.

Foi analisada em Comissão, depois foram pedidos pareceres e esses pareceres circunscritos ao Hospital de Ponta Delgada, a Comissão Instaladora do novo hospital, liga dos amigos do Hospital de Ponta Delgada e Conselho de Ilha que aparece aqui como mais uma posição, para nós é muito mais do que isso, representa um conjunto de Câmaras Municipais, Assembleias Municipais e de Juntas de Freguesia. Portanto, um consenso lato, bem alargado.

Quanto a nós, Grupo Parlamentar do PSD, a questão dos nomes poderia ser uma coisa de somenos importância. Chamar-lhe João ou Francisco, chamar-lhe Salazar, 25 de Abril, ou Ponte Vasco da Gama, poderia ser um nome qualquer indiferentemente.

Neste caso, não se trata de um nome qualquer.

Todavia, reflectimos no Grupo Parlamentar do PSD das razões que estariam subjacentes a levar um nome do Hospital, um grande hospital, chamado Divino Espírito Santo, para o nome de uma cidade onde ele está inserido.

Curiosamente o nome do Hospital de Ponta Delgada tem a ver com a religiosidade.

Esse hospital está instalado hoje, onde era um Convento de Franciscanos ligado às Misericórdias e intimamente ligado à história que vem do tempo do povoamento e à cultura do nosso povo.

O nome Espírito Santo, não é um nome qualquer. O feriado regional faz-se na altura do Espírito Santo, é identificador da nossa cultura, autenticidade e espiritualidade.

É ao Espírito Santo que muitos dos açorianos espalhados pelo mundo, até no Brasil onde fui encontrar as festas do Divino realizadas por açorianos, recorrem para as suas promessas que ninguém deixa por pagar. O Espírito Santo é um símbolo de espiritualidade, de partilha, de entrega, de amor, de devoção, no fundo, essência da nossa cultura do povo que aqui representamos.

Por isso não foi fácil para nós alterar o seu nome para um nome que, à partida, não nos parece ser nem maior, nem menor, nem sequer colhe a ideia de que ele será melhor ou pior identificado, no exterior. Nós até pensamos que com um nome destes, o Hospital, no exterior onde não há uma devoção ao Espírito Santo tão forte, é melhor identificado como um hospital nos Açores, como o grande hospital a inaugurar nos Açores.

É por isso que, mesmo assim fizemos um exercício, e cada deputado das diferentes ilhas levou para casa um "trabalhinho de casa" a ver se encontrava algum nome. E nem das Flores, nem do Corvo, nem de Santa Maria, ninguém encontrou um nome mais forte do que o Divino Espírito Santo.

Muito rapidamente, o Grupo Parlamentar do PSD entendeu que não poderia votar a favor desta resolução, na medida em que não encontrou uma solução melhor, sabendo que o Governo pode fazê-lo se assim o entender.

Não fomos nós que tomámos a iniciativa, também não somos nós que vamos tomar a iniciativa de mudar um nome tão grande para um hospital tão grande a pretexto de um qualquer "espírito santo de orelha" que a qualquer pretexto quer mudar o nome para o nome de uma cidade.

É por isto que nós vamos votar contra esta resolução apresentada pelo Partido Socialista.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não vou alongar-me tanto, como fez o Sr. Deputado Sidónio Bettencourt, nem vou tão pouco fazer alusões às comemorações que os nossos emigrantes fazem nas terras onde foram trabalhar.

No entanto, é grande a devoção que tenho pelo Divino Paráclito, como é grande o conhecimento que tenho de que os açorianos respeitam e respeitam sobremaneira o Divino Espírito Santo.

Não sou, por princípio, amigo de mudar um qualquer nome que foi colocado por um qualquer governante, mesmo que essa posição seja mais unilateral ou mais plurilateral.

As pessoas quando sonham dão nomes aos seus sonhos, assim como nós o fazemos quando damos nomes aos nossos filhos.

Por isso, não considero oportuno, neste momento, que se mude o nome do Hospital do Divino Espírito Santo, para qualquer outro nome.

Este novo hospital, e já hoje aqui falei em bairrismos, é o novo hospital dos Açores que vai servir todos os açorianos e por isso deve ter um nome bastante abrangente.

Quanto ao Grupo Parlamentar do Partido Popular não se juntará a qualquer proposta de alteração do nome que actualmente ostenta o Hospital do Divino Espírito Santo.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há aqui uma proposta por parte da Assembleia Regional no sentido de recomendar ao Governo a alteração do nome do Hospital de Ponta Delgada ou do Divino Espírito Santo ou como o Governo lhe queira chamar.

Nós pensamos que a designação do novo Hospital como a designação de qualquer edifício público da responsabilidade do Governo, competirá ao Governo em última fase dar-lhe o nome.

Por outro lado, temos a impressão que esta é uma matéria que não terá tanta importância como alguns têm procurado dar-lhe, porque efectivamente o que

interessa e acima de tudo, é que o novo Hospital seja rapidamente inaugurado em termos definitivos, que funcione bem e que seja capaz de oferecer a toda a Região um serviço cada vez melhor e com uma qualidade completamente diferente em termos físicos, daquela que hoje oferece o velho Hospital de Ponta Delgada.

Por isso mesmo, entendemos que isto será matéria a resolver pelo Governo e que devemos deixá-la à consideração do mesmo.

Em relação a este assunto, o nosso voto será de abstenção.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria, independentemente da posição que esta Assembleia tomar, que ficasse muito claro qual a posição do Grupo Parlamentar do PS.

Não está aqui em questão o nome que a Resolução deu ao novo edifício criado para instalar o hospital que existe na cidade de Ponta Delgada, que é só um e que se chama Hospital de Ponta Delgada.

Portanto, eu quero que isto fique muito claro, porque não há intenção nenhuma deste Grupo em minorar o significado do nome Divino Espírito Santo, nesta Região. Que isto fique muito claro.

Porém, eu, não só como deputada, mas como pessoa que trabalha naquela instituição, posso dizer que fiquei satisfeita em ver que afinal pessoas de determinadas instituições pronunciaram-se a favor da manutenção do nome, porque nós, os trabalhadores daquela casa, não estou falando dos médicos, também opinaram pela manutenção do nome, porque de facto existe uma identificação que não nasce de há um ano ou dois anos.

É uma identificação que existe relativamente a uma instituição de saúde que esteve ligada à Misericórdia e hoje está ligada àquela cidade e à Região naquilo que os outros hospitais não podem oferecer aos utentes desta Região, é só nesse sentido que eu entendo que o Grupo Parlamentar do PS fez esta Proposta de Resolução, ou seja, para todas as pessoas que trabalham naquela casa e que representam neste momento a comunidade, não representam os políticos

daquela ilha, como o conselho de ilha, mas sim representam a comunidade, como por exemplo a "liga dos Amigos do Hospital de P. Delgada", que tem pessoas extremamente ligadas à devoção religiosa e que se dedicam ao voluntariado e que manifestaram-se pela manutenção do nome. E porquê?

Porque estão lá e têm uma identificação com o hospital, porque essa questão é importante para nós, isto é, a identificação que a cidade também tem com o seu hospital.

Portanto, reitero que a posição do Grupo Parlamentar do PS só pretende que esta Assembleia seja o veículo dessa vontade colectiva. E foi nesse sentido que o meu grupo parlamentar apresentou a Proposta de Resolução, a qual vai votar favoravelmente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Sidónio Bettencourt adiantou, em nome da minha bancada, as razões que levam o Grupo Parlamentar do PSD a não subscrever e a não dar a sua aprovação a esta Proposta de Resolução.

As razões que levam a dar nomes às coisas que se vão fazendo e realizando, têm a ver com a própria intenção de manifestar, de alguma forma, um sinal que seja facilmente apreendido pela comunidade e que ao mesmo tempo, também sirva de sinal de homenagem que quem tem responsabilidades na mesma pretende fazer a determinada entidade.

Não é difícil perceber a razoabilidade que a maior parte dos nomes dos hospitais portugueses, e até das casas de saúde particulares, tenham nomes ligados à geografia, nomes de santos, desde o Hospital de St^a. Maria que talvez será o mais simpático e o mais simbólico no nosso país, passando pelo Hospital de S. João do Porto e mais o de St^o. António e o de Nossa Senhora da Conceição, o de S. Miguel e o de S. Miguel Arcanjo, o que nós encontramos é, ao fim e ao cabo, o retomar de uma tradição antiga que fez e procedeu à criação dos hospitais e dos hospícios junto de tudo quanto era igreja e convento, desde tempos imemoriais e que mais recentemente, ainda muitos deles se construíram

à sombra da igreja e à sombra daquilo que eram as associações da igreja para o mundo.

As misericórdias que foram constituídas no nosso país, foram e são ainda hoje responsáveis pela maior parte dos hospitais de Portugal.

Portanto, não é de estranhar que haja, desde logo, uma certa facilidade ou maior aproximação nessas matérias, em dar um nome que seja de alguma forma o exemplo ou até o patrono de uma determinada obra dessa natureza.

Ao dar-se este nome de "Divino Espírito Santo" ao Hospital de P. Delgada, sem dúvida que o governo de então teve por intenção, em primeiro lugar, realizar esta tradição antiga nas nossas ilhas de também colocar num hospital um nome ligado à religiosidade, sobretudo a religiosidade popular.

Também num hospital que extravasa em muito os limites de P. Delgada e da Ilha de S. Miguel, deu-lhe um nome que é comum a todos os açorianos.

É preciso não esquecer que estamos numa Assembleia que há alguns anos atrás votou que o dia da Região Autónoma dos Açores fosse a Segunda-feira do Espírito Santo, exactamente porque esse é um valor que une os açorianos de St^a. Maria ao Corvo e por essa diáspora fora, pelos confins do mundo.

Mas mais: é que esses nomes também não são postos por acaso. Os nomes têm em si uma carga e um significado importantes. E eu não duvido que quem deu este nome ao Hospital de P. Delgada, também acreditasse neste valor.

E para quem tem fé - e também é bom que nesta Casa se diga e se afirme - o valor do Espírito Santo é o valor da vida, é fonte de vida, é vivificador!

E que melhor nome se pode pôr a um hospital do que aquele em que alguns acreditam ser uma fonte de vida e de esperança?

O PSD que na altura era governo, e colocou este nome no Hospital de P. Delgada, voltaria hoje - se fosse governo - a colocá-lo, sabendo porém, que há sempre aqueles que não concordam, sabendo também que há sempre aqueles que não querem ver estes nomes em parte nenhuma, sabendo também que há muitos que vão continuar a chamar ao Hospital do Divino Espírito Santo, o Hospital de P. Delgada. Mas pelo menos ficará assinalado e dito que o governo

de então teve a intenção clara de demonstrar que para os Açores queria um hospital que fosse sinal de unidade e sinal de vida.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Deputada Fernanda Mendes.

Chamo-lhe a atenção para o facto de que terá que ser para dar esclarecimentos, uma vez que já fez duas intervenções.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, é exactamente para dar alguns esclarecimentos que eu pedi a palavra.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só duas coisas: de facto, nós não duvidamos que quem pôs o nome àquele hospital seja um homem de fé, aliás essa questão nunca foi aqui colocada. E também não temos qualquer dúvida de que aqui neste grupo parlamentar há muitos homens de fé.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Não ponho isso em causa, Sr^a. Deputada.

A Oradora: Eu própria talvez até fosse a favor desse nome, se nós criássemos um outro hospital em P. Delgada, mas não temos um novo hospital ali, mas sim um novo edifício onde vamos instalar um hospital que já existe.

Portanto, daí estes meus esclarecimentos que dizem respeito à dúvida dos homens de fé do Grupo Parlamentar do PS.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa para esclarecimentos.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para precisar uma questão: eu de maneira nenhuma quis pôr em causa nem em dúvida, nenhum princípio nem nenhuma questão relativa à honorabilidade e à verdade com que os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista estão a defender este caso.

Eu apenas coloquei as questões e aquilo que é, para o Grupo Parlamentar do PSD, a justificação e o porquê de nós não darmos a nossa aprovação a esta Proposta de Resolução. Foi apenas isso.

Devo dizer à Sr^a. Deputada Fernanda Mendes que não é meu hábito, nem vou agora quando estou já a caminhar para o fim da vida, começar a julgar as pessoas.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação da Proposta de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma, fazem o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, fazem o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução foi rejeitada com 24 votos a favor do PS, 24 votos contra do PSD, 3 votos contra do PP e registou 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos que se refere à **Ante-Proposta de Lei - "Regime jurídico de criação de freguesias na RAA"**.

Está aberta a discussão na generalidade sobre este diploma.

Tem a palavra o Sr. Deputado Norberto Messias.

Deputado Norberto Messias (PS): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A apresentação por parte do Partido Socialista desta Ante-Proposta de Lei, mais não é do que dar seguimento àquilo que esta Câmara aprovou e que foi considerada como matéria sobre a qual não teria competência.

Assim sendo, trouxemos aqui uma Ante-Proposta de Lei que pretende levar à Assembleia da República a consagração, em direito, da possibilidade das freguesias dos Açores serem constituídas por forma diferente daquelas que são necessárias no território continental, dada a nossa dimensão geográfica e populacional, bem como a nossa necessidade organizativa.

Pretendemos com esta Ante-Proposta que as comunidades açorianas tenham maior possibilidade de se organizarem de forma autónoma e que possibilitem assim um maior empenhamento das populações, consagrando um mais alargado consenso por parte das populações das nossas ilhas, fazendo com que elas possam, através do seu empenhamento na causa pública, contribuir para o seu

desenvolvimento e contribuir também para que a própria autonomia dos Açores se veja reforçada pelo empenhamento das populações, na consagração de soluções mais adequadas, porque se pensarmos que a aproximação do poder legislativo a esta Assembleia, do poder executivo aos açorianos deve acontecer, também pensamos que a aproximação da solução dos pequenos problemas às suas comunidades trará toda a vantagem para os Açores e para os açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Continua aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A matéria que estamos a apreciar já mereceu a nossa análise e, inclusivamente, de acordo com a lei nacional existente, procurou-se fazer com que esta matéria fosse regulada por decreto legislativo regional.

Como não foi possível, o Partido Socialista, com um articulado igual ao que existia anteriormente e que foi aqui aprovado, propõe-no como ante-proposta de lei, a qual terá que ser naturalmente apreciada na Assembleia da República.

Nós estamos de acordo com toda a Ante-Proposta, pensamos que ela é justa e que se enquadra dentro das especificidades da Região, por isso vamos votá-la favoravelmente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Trata-se de uma matéria que, inquestionavelmente, receberá o apoio unânime desta Assembleia, tal como já aconteceu no passado.

A fórmula encontrada para contornar a dificuldade constitucional que foi levantada, é realmente uma das formas possíveis.

Esta Ante-Proposta tem obviamente o nosso apoio.

Permitam-me, no entanto, que registre aqui que a opção - que foi uma opção deste Parlamento - quanto ao requisito mínimo do número de eleitores de fixar nos 300, quando a nível nacional está fixado em 800, parece-nos que isso

poderá vir a ser considerado demasiado ousado. E é um princípio de que quem muito abre... pode correr o risco ser menos bem interpretado ao nível do legislador nacional.

Seja como for, porque a proposta inicial trazia esse nível de exigência, e no âmbito de uma troca de impressões na Comissão parlamentar competente, o Partido Popular entendeu que não deveria fazer qualquer proposta de alteração, pois o que importa aqui é de facto, na generalidade, conseguir uma adaptação razoável desses princípios à dimensão regional.

Portanto, além do nosso voto, a esperança de que a Assembleia da República possa compreender algumas das reduções dos mínimos que aqui se colocam e que se afastam substancialmente do que está previsto a nível nacional e - repito - oxalá que haja compreensão para isso.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Norberto Messias creio que para uma 2ª intervenção.

Deputado Norberto Messias (PS): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Era, sobretudo, para prestar um esclarecimento da razão de ser do número aqui apontado.

Naturalmente que o número de 300 é um número substancialmente baixo - temos consciência disso - poderia ser outro qualquer. A referência aos 300 eleitores, foi a aproximação ao município mais pequeno que é o do Corvo.

Portanto, se com 300 eleitores é possível fazer um município, consideramos que esta é uma base de partida para uma aproximação possível. Naturalmente este é número para ser discutido pelos grupos parlamentares a nível da Assembleia da República, onde também contamos dar algum contributo, no sentido dos esclarecimentos necessários.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Agradeço a informação prestada.

Realmente é engraçado, pois não me tinha passado pela cabeça que quem imaginou os 300 fosse em atenção aos corvinos.

Não há dúvida de que, para além da importância que o Corvo tem no Parlamento dos Açores, neste momento, ainda inspira Srs. Deputados para, em relação a um mínimo nacional que é de 800 eleitores, nos Açores há-de ter-se como referência o Corvo para se fixar um mínimo para a constituição de uma autarquia.

A nossa consciência é de que realmente quando o mínimo nacional é de 800, tudo o que fosse abaixo de 400 comporta uma redução superior a 50% que pode ferir, de facto, o equilíbrio que naturalmente o legislador nacional terá presente. Porque não temos dúvida de que a pressão sobre esses mínimos existe ao nível de todo o País, porque as comunidades pequenas existem em todo o País.

Portanto, está aqui um princípio que nós todos pretendemos e, por conseguinte, vamos subscrevê-lo com a esperança de que isso funcione.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Ante-Proposta de Lei, na generalidade, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A Ante-Proposta de Lei sobre "**Regime jurídico de criação de freguesias na RAA**", foi aprovada na generalidade por unanimidade.

Presidente: Passamos à discussão na especialidade.

Se não houver objecções, e uma vez que o seu conteúdo já foi objecto de debate nesta Assembleia, faríamos o mesmo debate do conjunto dos seus artigos.

Parecendo não haver objecções, está à discussão na especialidade o conjunto dos artigos, desde o 1º até ao 13º.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos passar à votação dos Artigos 1º ao 13º.

Os Srs. Deputados que concordam, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os Artigos 1º ao 13º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Ante-Proposta de Lei, na globalidade, fazem o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A Ante-Proposta de Lei sobre "**Regime jurídico de criação de freguesias na RAA**", foi aprovada na globalidade por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Norberto Messias para uma declaração de voto.

Deputado Norberto Messias (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Usava da palavra apenas para me congratular com esta votação por unanimidade de um processo que tem algum tempo.

Queria recordar apenas que este processo iniciou-se com uma votação na Assembleia de Freguesia do Cabo da Praia de uma petição nesse sentido, que mais tarde transcreveu-se numa votação na Assembleia Municipal da Praia da Vitória, então presidida pelo nossa colega da bancada da frente, Deputado António Menezes.

Gostaria de congratular-me, portanto, com este passo que pode ser importante para o desenvolvimento dos Açores e penso que todos os açorianos, principalmente aqueles que ao longo dos anos têm manifestado interesse em que esta matéria seja alvo de regulamentação, vão ter assim oportunidade de demonstrar no terreno o seu empenhamento.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão também para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós pensamos que seria de toda a importância se na Assembleia da República esta nossa Ante-Proposta de Lei fosse efectivamente consignada e aprovada como Lei.

Por isso mesmo, entendemos que todos aqueles que aqui têm estado a analisar estas matérias, também têm alguma responsabilidade, no sentido de contribuir e

de influenciar, pelo menos a nível nacional, os seus grupos parlamentares, no sentido de que realmente este diploma possa ser agendado naquela Assembleia e possa ser consignado como Lei aprovada pela mesma.

Presidente: Baixa esta Ante-Proposta de Lei à Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais para redacção final.

Com este ponto da ordem do dia, encerramos a nossa Sessão por hoje. Regressaremos amanhã pelas 15,00 horas, para discutirmos a Ante-Proposta de Lei da Revisão do Estatuto.

Muito boa noite e até amanhã.

(Eram 20, 30 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão:

PS Francisco Oliveira, João Carlos Macedo; José Nascimento Ávila, Norberto Messias; PP Alvarino Pinheiro, João Greves;)

A Redactora de 1ª classe: *Ana Paula Garcia de Lemos.*